

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Base de Apresentação

Essas informações contábeis intermediárias são apresentadas com as alterações relevantes ocorridas no período, sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, e consideram as informações consolidadas, que no entendimento da administração proporcionam uma visão abrangente da posição patrimonial e financeira da companhia e do desempenho de suas operações, complementadas por algumas informações individuais da controladora. Portanto, tais informações contábeis devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que contemplam o conjunto completo de notas explicativas.

As informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais da companhia foram preparadas e estão apresentadas conforme a IAS 34 Interim Financial Reporting (Pronunciamento Técnico - CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias), de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da companhia.

O Conselho de Administração da companhia, em reunião realizada em 28 de outubro de 2021, autorizou a divulgação destas informações trimestrais.

2. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas informações trimestrais consolidadas são os mesmos adotados na preparação das demonstrações financeiras anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As normas contábeis que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021 não causaram efeitos materiais nessas informações trimestrais consolidadas.

Em relação à reforma das taxas de juros referenciais (IBOR *Reform*), a companhia segue monitorando os pronunciamentos das autoridades regulatórias, bem como as medidas que vêm sendo adotadas, visando à adaptação dos diversos instrumentos financeiros aos novos *benchmarks*. A Petrobras e suas subsidiárias possuem dívidas indexadas à Libor (*London Interbank Offered Rate*), cujo valor corresponde a aproximadamente 33% de seus financiamentos.

3. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

3.1. Caixa e bancos

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

	30.09.2021	Consolidado 31.12.2020
Caixa e bancos	1.351	2.868
Aplicações financeiras de curto prazo		
- No País		
Fundos de investimentos DI e operações compromissadas	31.853	13.469
Outros fundos de investimentos	973	143
	32.826	13.612
- No exterior		
<i>Time deposits</i>	19.570	13.376
<i>Auto Invest</i> e contas remuneradas	5.647	29.274
Outras aplicações financeiras	-	1.726
	25.217	44.376
Total das aplicações financeiras de curto prazo	58.043	57.988
Total de caixa e equivalentes de caixa	59.394	60.856

Os fundos de investimentos no país têm seus recursos aplicados em títulos públicos federais brasileiros e em operações lastreadas em títulos públicos (compromissadas), cujos prazos de vencimentos são de até três meses contados a partir da data de aquisição. As aplicações no exterior são compostas por *time deposits* com prazos de até três meses contados a partir da data de aquisição e por outras aplicações em contas remuneradas com liquidez diária.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

As principais aplicações destes recursos no período findo em 30 de setembro de 2021 foram para cumprimento do serviço da dívida, incluindo pré-pagamentos de empréstimos no mercado bancário internacional, recompra de títulos no mercado de capitais internacional e amortizações de arrendamentos, no total de R\$ 141.864, bem como para realização de investimentos no montante de R\$ 24.728 e para o pagamento de dividendos no valor de R\$ 31.573.

Essas aplicações foram substancialmente proporcionadas por uma geração de caixa operacional de R\$ 151.734, pela compensação financeira recebida pelo Acordo de Coparticipação de Búzios de R\$ 15.510, captações no valor de R\$ 8.921, recebimentos pela venda de ativos e de participações de R\$ 15.053, e pelo efeito cambial sobre os saldos de caixa e equivalente de caixa decorrentes de aplicações no exterior de R\$ 3.362.

3.2. Títulos e valores mobiliários

	30.09.2021	Consolidado 31.12.2020
Valor justo por meio do resultado	2.920	3.388
Custo amortizado	246	263
Total	3.166	3.651
Circulante	2.920	3.424
Não circulante	246	227

Os títulos classificados como valor justo por meio de resultado referem-se principalmente a investimentos em títulos públicos federais brasileiros. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

4. Receita de vendas

	2021		Consolidado 2020	
	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set
Receita bruta de vendas	154.062	399.087	92.668	254.613
Encargos de vendas (*)	(32.468)	(80.609)	(21.938)	(57.516)
Receita de vendas	121.594	318.478	70.730	197.097
Diesel	35.722	92.983	19.593	51.132
Gasolina	17.690	43.197	9.174	22.416
Gás liquefeito de petróleo (GLP)	6.747	17.673	4.595	12.387
Querosene de aviação (QAV)	3.292	7.727	1.004	5.134
Nafta	2.749	6.450	2.335	6.683
Óleo combustível (incluindo <i>bunker</i>)	2.852	6.708	818	2.642
Outros derivados de petróleo	6.265	16.399	3.885	9.648
Subtotal de derivados	75.317	191.137	41.404	110.042
Gás natural	8.974	21.659	4.043	13.341
Renováveis e nitrogenados	63	184	67	218
Receitas de direitos não exercidos (<i>breakage</i>)	204	1.069	724	1.900
Eletricidade	5.433	11.495	505	2.183
Serviços, agenciamentos e outros	1.380	3.446	1.118	3.059
Mercado interno	91.371	228.990	47.861	130.743
Exportações	29.308	85.675	20.917	60.601
Petróleo	21.582	61.803	15.417	44.920
Óleo combustível (incluindo <i>bunker</i>)	6.115	19.396	4.725	12.733
Outros derivados de petróleo e outros produtos	1.611	4.476	775	2.948
Vendas no exterior (*)	915	3.813	1.952	5.753
Mercado externo	30.223	89.488	22.869	66.354
Receitas de vendas	121.594	318.478	70.730	197.097

(*) Inclui, principalmente, CIDE, PIS, COFINS e ICMS.

(**) Receita proveniente de vendas realizadas no exterior, incluindo trading e excluídas exportações.

No período de janeiro a setembro de 2021 e de 2020, a Vibra Energia, antiga BR Distribuidora, representa mais que 10% do total de vendas da companhia, impactando principalmente o segmento de Refino, Transporte e Comercialização (RTC).

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

5. Custos e despesas por natureza

5.1. Custo dos produtos e serviços vendidos

	2021		Consolidado 2020	
	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set
Matérias-primas, produtos para revenda, materiais e serviços contratados (*)	(30.823)	(71.554)	(13.490)	(47.201)
Depreciação, depleção e amortização	(12.380)	(36.087)	(12.193)	(36.110)
Participação governamental	(15.574)	(42.397)	(8.504)	(21.684)
Gastos com pessoal	(3.265)	(7.850)	(2.774)	(8.500)
Total	(62.042)	(157.888)	(36.961)	(113.495)

(*) Inclui arrendamentos de curto prazo (12 meses ou inferior) e variação de estoques.

5.2. Despesas de vendas

	2021		Consolidado 2020	
	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set
Materiais, serviços, fretes, aluguéis e outros	(4.831)	(14.020)	(5.355)	(16.201)
Depreciação, depleção e amortização	(831)	(2.384)	(862)	(2.099)
Perdas de créditos esperadas	37	71	147	(7)
Gastos com pessoal	(141)	(373)	(235)	(664)
Total	(5.766)	(16.706)	(6.305)	(18.971)

5.3. Despesas gerais e administrativas

	2021		Consolidado 2020	
	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set
Gastos com pessoal	(1.364)	(3.390)	(1.229)	(3.724)
Materiais, serviços, aluguéis e outros	(294)	(894)	(291)	(933)
Depreciação, depleção e amortização	(105)	(346)	(144)	(395)
Total	(1.763)	(4.630)	(1.664)	(5.052)

6. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	2021		Consolidado 2020	
	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set
Plano de pensão e saúde (inativos)	(4.300)	(6.663)	(1.135)	(3.489)
Paradas não programadas e gastos pré-operacionais	(1.792)	(5.281)	(1.569)	(5.634)
Ganhos (perdas) com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(1.416)	(2.797)	(1.206)	(2.088)
Programa de remuneração variável	(795)	(1.857)	(73)	95
Participação nos lucros ou resultados	(182)	(496)	(25)	(77)
Resultado com derivativos de <i>commodities</i>	(70)	(294)	(257)	(1.940)
Realização dos resultados abrangentes por alienação de participação societária	(35)	(220)	(225)	(225)
Equalização de gastos – AIP	98	(190)	(733)	3.741
Plano de desligamento voluntário (PDV)	9	52	(415)	(5.437)
Multas aplicadas a fornecedores	249	664	113	415
Ressarcimento de gastos referentes à Operação Lava Jato	132	1.197	84	515
Resultado com alienações, baixa de ativos e resultado na remensuração de participações societárias	613	1.235	1.132	784
Cessão de contratos de concessão (**)	1.518	1.579	–	–
Encerramento antecipado e alterações em pagamentos de contratos de arrendamento	632	1.846	139	873
Resultados com operações em parcerias de E&P	705	2.254	1.645	3.385
Recuperação de tributos (*)	189	2.853	81	7.860
Resultado com acordo de coparticipação em áreas licitadas (**)	3.519	3.519	–	–
Outros	111	(224)	(390)	(554)
Total	(815)	(2.823)	(2.834)	(1.776)

(*) Inclui os efeitos pela exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, conforme nota explicativa 11.

(**) Conforme nota explicativa 18.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

7. Resultado financeiro líquido

	2021		Consolidado 2020	
	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set
Receitas Financeiras	1.188	2.973	667	2.044
Receita com aplicações financeiras e títulos públicos	519	921	251	825
Outros	669	2.052	416	1.219
Despesas Financeiras	(6.237)	(22.721)	(9.778)	(23.292)
Despesas com financiamentos	(3.499)	(12.415)	(5.224)	(14.323)
Despesas com arrendamentos	(1.579)	(4.768)	(1.845)	(5.039)
Ágio na recompra de títulos de dívida	(1.309)	(5.813)	(2.814)	(4.071)
Encargos financeiros capitalizados	1.406	3.970	1.148	3.538
Atualização financeira da provisão de desmantelamento	(1.017)	(3.071)	(792)	(2.504)
Outros	(239)	(624)	(251)	(893)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(20.431)	(25.704)	(13.799)	(35.148)
Variações cambiais (*)	(15.507)	(10.659)	(7.636)	(26.701)
Reclassificação do <i>hedge accounting</i> (*)	(5.396)	(17.823)	(6.147)	(18.174)
Atualização monetária de impostos a recuperar (**)	79	2.587	102	9.639
Outros	393	191	(118)	88
Total	(25.480)	(45.452)	(22.910)	(56.396)

(*) Para mais informações, vide nota explicativa 29.3.c e 29.3.a.

(**) Inclui atualização monetária sobre os efeitos pela exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, conforme nota explicativa 11.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. Informações por Segmento – Resultado

Demonstração Consolidada do Resultado por Segmento de Negócio - Jul-Set/2021

	E&P	RTC	Gás & Energia	Corporativo e outros negócios	Eliminação	Total
Receita de vendas	76.472	107.188	18.014	476	(80.556)	121.594
Intersegmentos	74.710	2.290	3.384	172	(80.556)	-
Terceiros	1.762	104.898	14.630	304	-	121.594
Custo dos produtos vendidos	(32.983)	(95.546)	(13.938)	(474)	80.899	(62.042)
Lucro bruto	43.489	11.642	4.076	2	343	59.552
Despesas	19.572	(5.396)	(4.043)	(4.719)	(29)	5.385
Vendas	23	(2.172)	(3.572)	(16)	(29)	(5.766)
Gerais e administrativas	(269)	(190)	(99)	(1.205)	-	(1.763)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo e gás	(696)	-	-	-	-	(696)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(596)	(8)	(12)	(176)	-	(792)
Tributárias	(406)	(196)	(273)	(266)	-	(1.141)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos – <i>Impairment</i>	16.901	(69)	(474)	-	-	16.358
Outras receitas (despesas), líquidas	4.615	(2.761)	387	(3.056)	-	(815)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	63.061	6.246	33	(4.717)	314	64.937
Resultado financeiro líquido	-	-	-	(25.480)	-	(25.480)
Resultado de participações em investimentos	151	1.343	60	(34)	-	1.520
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	63.212	7.589	93	(30.231)	314	40.977
Imposto de renda e contribuição social	(21.440)	(2.124)	(11)	13.929	(107)	(9.753)
Lucro líquido (prejuízo)	41.772	5.465	82	(16.302)	207	31.224
Atribuível aos:						
Acionistas da Petrobras	41.778	5.465	20	(16.328)	207	31.142
Acionistas não controladores	(6)	-	62	26	-	82
	41.772	5.465	82	(16.302)	207	31.224

Demonstração Consolidada do Resultado por Segmento de Negócio - Jul-Set/2020

	E&P	RTC	Gás & Energia	Corporativo e outros negócios	Eliminação	Total
Receita de vendas	50.352	64.317	8.509	1.209	(53.657)	70.730
Intersegmentos	49.182	924	3.188	363	(53.657)	-
Terceiros	1.170	63.393	5.321	846	-	70.730
Custo dos produtos vendidos	(25.101)	(55.670)	(4.101)	(1.090)	49.001	(36.961)
Lucro bruto	25.251	8.647	4.408	119	(4.656)	33.769
Despesas	(3.355)	(4.575)	(2.753)	(4.107)	(30)	(14.820)
Vendas	(1)	(3.595)	(2.647)	(34)	(28)	(6.305)
Gerais e administrativas	(152)	(255)	(111)	(1.146)	-	(1.664)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo e gás	(1.447)	-	-	-	-	(1.447)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(343)	(9)	(6)	(137)	-	(495)
Tributárias	(1.996)	5	(40)	(116)	-	(2.147)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos – <i>Impairment</i>	(70)	-	173	(31)	-	72
Outras receitas (despesas), líquidas	654	(721)	(122)	(2.643)	(2)	(2.834)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	21.896	4.072	1.655	(3.988)	(4.686)	18.949
Resultado financeiro líquido	-	-	-	(22.910)	-	(22.910)
Resultado de participações em investimentos	42	(570)	312	(701)	-	(917)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	21.938	3.502	1.967	(27.599)	(4.686)	(4.878)
Imposto de renda e contribuição social	(7.445)	(1.384)	(562)	11.008	1.592	3.209
Lucro líquido (prejuízo)	14.493	2.118	1.405	(16.591)	(3.094)	(1.669)
Atribuível aos:						
Acionistas da Petrobras	14.499	2.166	1.304	(16.421)	(3.094)	(1.546)
Acionistas não controladores	(6)	(48)	101	(170)	-	(123)
	14.493	2.118	1.405	(16.591)	(3.094)	(1.669)

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração Consolidada do Resultado por Segmento de Negócio - Jan-Set/2021

	E&P	RTC	Gás & Energia	Corporativo e outros negócios	Eliminação	Total
Receita de vendas	211.864	284.257	44.061	1.929	(223.633)	318.478
Intersegmentos	207.677	5.349	9.755	852	(223.633)	-
Terceiros	4.187	278.908	34.306	1.077	-	318.478
Custo dos produtos vendidos	(91.286)	(248.767)	(29.957)	(1.906)	214.028	(157.888)
Lucro bruto	120.578	35.490	14.104	23	(9.605)	160.590
Despesas	14.276	(10.334)	(11.645)	(8.103)	(86)	(15.892)
Vendas	(4)	(6.146)	(10.410)	(60)	(86)	(16.706)
Gerais e administrativas	(597)	(574)	(275)	(3.184)	-	(4.630)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo e gás	(2.897)	-	-	-	-	(2.897)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(1.631)	(28)	(101)	(446)	-	(2.206)
Tributárias	(616)	(543)	(530)	(294)	-	(1.983)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos – <i>Impairment</i>	16.329	(69)	(914)	7	-	15.353
Outras receitas (despesas), líquidas	3.692	(2.974)	585	(4.126)	-	(2.823)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	134.854	25.156	2.459	(8.080)	(9.691)	144.698
Resultado financeiro líquido	-	-	-	(45.452)	-	(45.452)
Resultado de participações em investimentos	451	4.695	450	2.248	-	7.844
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	135.305	29.851	2.909	(51.284)	(9.691)	107.090
Imposto de renda e contribuição social	(45.850)	(8.553)	(836)	20.395	3.295	(31.549)
Lucro (prejuízo) do período	89.455	21.298	2.073	(30.889)	(6.396)	75.541
Atribuível aos:						
Acionistas da Petrobras	89.473	21.298	1.752	(30.963)	(6.396)	75.164
Acionistas não controladores	(18)	-	321	74	-	377
	89.455	21.298	2.073	(30.889)	(6.396)	75.541

Demonstração Consolidada do Resultado por Segmento de Negócio - Jan-Set/2020

	E&P	RTC	Gás & Energia	Corporativo e outros negócios	Eliminação	Total
Receita de vendas	125.618	176.803	27.133	3.158	(135.615)	197.097
Intersegmentos	122.326	3.064	9.398	827	(135.615)	-
Terceiros	3.292	173.739	17.735	2.331	-	197.097
Custo dos produtos vendidos	(70.215)	(163.667)	(13.318)	(3.018)	136.723	(113.495)
Lucro bruto	55.403	13.136	13.815	140	1.108	83.602
Despesas	(68.533)	(15.721)	(9.290)	(4.909)	(92)	(98.545)
Vendas	(3)	(10.245)	(8.553)	(86)	(84)	(18.971)
Gerais e administrativas	(658)	(797)	(332)	(3.265)	-	(5.052)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo e gás	(2.265)	-	-	-	-	(2.265)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(841)	(30)	(25)	(387)	-	(1.283)
Tributárias	(2.481)	(450)	(92)	(946)	-	(3.969)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos – <i>Impairment</i>	(64.374)	(208)	173	(820)	-	(65.229)
Outras receitas (despesas), líquidas	2.089	(3.991)	(461)	595	(8)	(1.776)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	(13.130)	(2.585)	4.525	(4.769)	1.016	(14.943)
Resultado financeiro líquido	-	-	-	(56.396)	-	(56.396)
Resultado de participações em investimentos	(764)	(2.759)	434	(356)	-	(3.445)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(13.894)	(5.344)	4.959	(61.521)	1.016	(74.784)
Imposto de renda e contribuição social	4.464	879	(1.538)	17.119	(346)	20.578
Lucro líquido (prejuízo)	(9.430)	(4.465)	3.421	(44.402)	670	(54.206)
Atribuível aos:						
Acionistas da Petrobras	(9.412)	(4.247)	3.127	(42.920)	670	(52.782)
Acionistas não controladores	(18)	(218)	294	(1.482)	-	(1.424)
	(9.430)	(4.465)	3.421	(44.402)	670	(54.206)

A seguir apresentamos o saldo de depreciação, depleção e amortização por segmento de negócio:

	E&P	RTC	Gás & Energia	Corporativo e outros negócios	Total
Jan-Set/2021	35.639	8.737	1.743	701	46.820
Jan-Set/2020	35.693	7.887	1.837	786	46.203

	E&P	RTC	Gás & Energia	Corporativo e outros negócios	Total
Jul-Set/2021	12.466	2.970	590	236	16.262
Jul-Set/2020	11.852	2.740	615	263	15.470

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

9. Contas a receber

9.1. Contas a receber líquidas

	30.09.2021	Consolidado 31.12.2020
Recebíveis de contratos com clientes		
Terceiros	22.457	16.013
Partes relacionadas		
Investidas (nota explicativa 30.5)	2.199	3.450
Recebíveis do setor elétrico	76	1.064
Subtotal	24.732	20.527
Outros contas a receber		
Terceiros		
Recebíveis por desinvestimento (*)	8.619	7.916
Arrendamentos	2.425	2.427
Outras (**)	4.594	13.179
Partes relacionadas		
Contas petróleo e álcool - créditos junto ao Governo Federal (nota explicativa 30.5)	2.703	2.503
Subtotal	18.341	26.025
Total do contas a receber	43.073	46.552
Perdas de crédito esperadas (PCE) - Terceiros	(8.035)	(7.939)
Perdas de crédito esperadas (PCE) - Partes Relacionadas	(105)	(354)
Total do contas a receber, líquidas	34.933	38.259
Circulante	25.560	24.584
Não circulante	9.373	13.675

(*) Refere-se, principalmente, a valores a receber (incluindo juros e atualização monetária e cambial) do desinvestimento na Nova Transportadora do Sudeste (NTS), além de valores referentes a Rio Ventura, Roncador, Pampo Enchova, Tartaruga Verde e Espadarte Módulo III e GNL Gemini.

(**) Em 2020, inclui principalmente valores referentes à compra e venda de plataformas e equipamentos de produção dos nossos parceiros em consórcios de E&P, com liquidação financeira no primeiro trimestre de 2021.

As contas a receber estão classificadas na categoria de custo amortizado, exceto por determinados recebíveis com formação de preço final após a transferência de controle dos produtos dependente da variação do valor da *commodity*, classificados na categoria valor justo por meio do resultado, cujo valor em 30 de setembro de 2021 totalizou R\$ 4.349.

No período de janeiro a setembro de 2021, o prazo médio de recebimento de recebíveis de contratos de clientes terceiros, referente à venda de derivados no mercado interno é de aproximadamente 1,7 dia (1,5 dia em 31 de dezembro de 2020). As exportações de óleo combustível e petróleo possuem prazo médio de recebimento aproximadamente de 14 dias e 8,4 dias, respectivamente (13 dias e 8 dias em 31 de dezembro de 2020).

9.2. Aging do Contas a receber - Terceiros

	30.09.2021	Consolidado 31.12.2020
	Contas a receber	Contas a receber
A vencer	28.726	30.402
Vencidos:	PCE	PCE
Até 3 meses	911	1.066
De 3 a 6 meses	323	77
De 6 a 12 meses	70	219
Acima de 12 meses	8.065	7.771
Total	38.095	39.535

9.3. Movimentação das perdas de crédito esperadas – PCE

	30.09.2021	Consolidado 31.12.2020
Saldo inicial	8.293	9.392
Adições	266	1.024
Reversões	(342)	(166)
Baixas	(213)	(3.596)
Transferência de ativos mantidos para venda	(42)	(15)
Ajuste acumulado de conversão	178	1.654
Saldo final	8.140	8.293
Circulante	842	1.135
Não circulante	7.298	7.158

Em 2020, as baixas de R\$ 3.596 refletem basicamente valores a receber de fornecedores, relacionados à construção e reforma de plataformas, que já estavam integralmente provisionados.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Petrobras sobre acordo com Companhia de Eletricidade do Amapá

Em 11 de maio de 2021, a Petrobras assinou com a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) acordo judicial para encerramento de litígio e recuperação de crédito, no montante R\$ 314. O acordo estabelece o pagamento à Petrobras de R\$ 132,6, a ser liquidado em 24 parcelas mensais e sucessivas (subcrédito A). Será concedido deságio no valor restante de R\$ 181,4, que também foi dividido em 24 parcelas mensais e sucessivas (subcrédito B), desde que os pagamentos ocorram pontualmente. A cada parcela quitada do subcrédito A, a CEA receberá um bônus correspondente a uma parcela do subcrédito B da dívida. Em caso de inadimplemento, na forma prevista no acordo, a Petrobras poderá exigir todas as parcelas a vencer de ambos os subcréditos da dívida.

O acordo está sujeito às condições suspensivas para reconhecimento do recebível: (i) sucesso da licitação de desestatização da CEA; e (ii) transferência do controle acionário da CEA para empresa vencedora do leilão até 31 de dezembro de 2021.

Em julho de 2021, a Equatorial foi vencedora do leilão de privatização da CEA com pagamento de um valor simbólico e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a operação.

Em agosto de 2021, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) deu anuência para que seja feita a transferência do controle acionário da CEA para a Equatorial em até 120 dias desta data.

Entretanto, para cumprimento da segunda condição suspensiva, existe a necessidade da capitalização da CEA pela Equatorial para viabilizar a transferência do controle acionário. Após a assunção do controle, o recebível será reconhecido gerando um efeito positivo no resultado consolidado da Petrobras de R\$ 132,6, sem considerar os efeitos tributários.

10. Estoques

	Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
Petróleo	16.788	11.653
Derivados de petróleo	13.625	10.001
Intermediários	2.618	2.060
Gás Natural e GNL (*)	1.220	631
Biocombustíveis	97	157
Fertilizantes	52	43
Total de produtos	34.400	24.545
Materiais, suprimentos e outros	5.177	4.955
Total	39.577	29.500

(*) GNL - Gás Natural Liquefeito

Os estoques consolidados são apresentados deduzidos de perdas para ajuste ao seu valor realizável líquido, sendo estes ajustes decorrentes, principalmente, de oscilações nas cotações internacionais do petróleo e seus derivados e quando constituídos são reconhecidos no resultado do período como custos dos produtos e serviços vendidos. No período de janeiro a setembro de 2021, houve reversão da provisão de R\$ 5 (constituição de R\$ 1.518 no período de janeiro a setembro de 2020).

Em 30 de setembro de 2021, a companhia possuía um volume de estoque de petróleo e/ou derivados dado como garantia dos Termos de Compromisso Financeiro – TCF, assinados em 2008 com a Petros, no valor R\$ 11.713. Esse montante já está deduzido dos volumes equivalentes da liquidação parcial antecipada do TCF Pré-70 realizada em janeiro de 2021, cujos trâmites para atualização perante os registros públicos estão em andamento.

11. Tributos

11.1. Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social		Consolidado			
		Ativo Circulante		Passivo Circulante	
		30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
No país					
Tributos sobre o lucro		869	2.032	2.872	576
Programas de regularização de débitos federais		-	-	241	234
		869	2.032	3.113	810
		1.722	1.853		
No exterior		124	138	27	219
		-	-	-	-
Total		993	2.170	3.140	1.029
		1.722	1.853		

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demais impostos e contribuições	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020	Passivo não circulante*	31.12.2020
Impostos no país:								
ICMS / ICMS diferido	4.022	2.635	1.513	1.522	4.038	3.334	-	-
PIS e COFINS / PIS e COFINS diferido (**)	2.381	8.160	11.529	10.680	2.456	2.829	238	191
PIS e COFINS - Lei 9.718/98	-	-	3.451	3.537	-	-	-	-
CIDE	43	19	-	-	212	214	-	-
Participação especial/Royalties	-	-	-	-	11.235	6.094	49	487
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	-	-	-	-	295	551	-	-
Outros	333	453	1.434	621	675	608	307	1.430
Total no país	6.779	11.267	17.927	16.360	18.911	13.630	594	2.108
Impostos no exterior	225	46	51	51	112	66	-	-
Total	7.004	11.313	17.978	16.411	19.023	13.696	594	2.108

(*) Os valores de demais impostos e contribuições no passivo não circulante estão classificados em "Outros passivos".

(**) Em 30 de setembro de 2021, inclui R\$ 858 (R\$ 6.392 em 31 de dezembro de 2020), no ativo circulante, referente à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS.

Exclusão de ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

Em junho de 2020, a Petrobras e controladas obtiveram decisão judicial favorável e definitiva acerca da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS e reconheceu o montante de R\$ 16.925, registrado no ativo circulante como impostos e contribuições. Os créditos reconhecidos no ativo se referiam à exclusão do ICMS efetivamente recolhido da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS, cujos valores foram pagos indevidamente em competências compreendidas entre os meses de outubro de 2001 a agosto de 2020.

Em 14 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que o valor do ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS é o destacado na nota fiscal. Dessa forma, principalmente no segundo trimestre de 2021, foi reconhecido um crédito adicional de R\$ 4.956, atualizado monetariamente e registrado no ativo circulante como impostos e contribuições.

A companhia habilitou esses créditos e compensou com pagamento de outros tributos federais, totalizando o valor de R\$ 10.504 em 2021 (R\$ 10.372 em 2020).

Em 30 de setembro de 2021, o saldo a compensar pela exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, atualizado monetariamente pela taxa básica de juros brasileira (Selic), é de R\$ 858.

O ganho líquido no resultado no período de janeiro a setembro de 2021 foi de R\$ 3.198 (R\$ 10.887 de janeiro a setembro de 2020).

Efeito no Resultado		2021		Consolidado	
		Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set
Recuperação dos tributos	Outras receitas operacionais	61	2.554	-	7.675
Atualização monetária	Variações monetárias e cambiais,	(2)	2.402	-	9.250
		59	4.956	-	16.925
Pis e Cofins	Despesas tributárias	-	(111)	-	(430)
Efeitos tributários	Imposto de renda e contribuição social	(20)	(1.647)	-	(5.608)
		39	3.198	-	10.887

11.2. Programas de anistias estaduais

A Petrobras, baseada na gestão de riscos associados ao contencioso e em linha com a estratégia de geração de valor, aderiu aos programas de anistias estaduais do Rio de Janeiro e Bahia, gerando um efeito positivo no período de janeiro a setembro de 2021, no montante de R\$ 1.026, pela reversão de parte das provisões vinculadas, em contrapartida de despesas tributárias e outras receitas operacionais de R\$ 807 e resultado financeiro de R\$ 219.

As adesões aos programas de anistias estaduais ocorreram principalmente no 1º trimestre de 2021. As principais informações desses acordos estão apresentadas a seguir:

Estado do Rio de Janeiro

O Estado do Rio de Janeiro instituiu programa especial de parcelamento denominado PEP-ICMS, autorizado pelo Convênio CONFAZ nº 87/2020, criado pela Lei Complementar Estadual nº 189/2020, e regulamentado pelo Decreto 47.488 de 12 de fevereiro de 2021, que permitiu a redução de 90% dos encargos moratórios devidos a título de multa e juros. Em 7 de junho de 2021, o programa de anistia do Estado do Rio de Janeiro foi prorrogado por meio da Lei Complementar 191/2021.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

A adesão ao programa criou condições para o encerramento de contingências materializadas e não materializadas de ICMS no valor total de R\$ 1.818, mediante desembolso de R\$ 679, sendo R\$ 531 no decorrer dos meses de abril e maio de 2021, que incluiu denúncia espontânea em razão do cancelamento de parte do escopo do projeto Comperj (atual Gaslub), e R\$ 148 no decorrer do mês de setembro de 2021, devido ao pagamento de autos de infração vinculados a obrigações acessórias e crédito indevido de ICMS, além de denúncia espontânea relacionada à revisão do processo de apuração de ICMS. Em função disso, no período de janeiro a setembro de 2021, a companhia revisitou sua expectativa de desembolsos tidos como prováveis e efetuou a reversão de R\$ 1.139 nas respectivas provisões de processos judiciais e impostos, sendo R\$ 982 no primeiro trimestre de 2021 e R\$ 157 no terceiro trimestre de 2021.

Estado da Bahia

A adesão ao programa de remissão e anistia junto ao Estado da Bahia foi celebrada nos termos dos Convênios ICMS 48/2020 e 49/2020, ratificados pela Lei 14.286/2020, que permitiu a remissão de 50% do imposto e 90% da multa e juros devidos. Os débitos tributários decorrentes de glosas de créditos fiscais foram encerrados em janeiro de 2021 com o pagamento de R\$ 113, dando uma solução definitiva para esse tipo de contingência.

11.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2021		2020	
	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set
Lucro/(prejuízo) do período antes dos impostos	40.977	107.090	(4.878)	(74.784)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(13.933)	(36.411)	1.659	25.427
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Alíquotas diferenciadas de empresas no exterior	659	305	3.793	2.560
Tributação no Brasil de lucro de empresas no exterior (**)	(785)	(1.928)	(1.089)	(3.471)
Incentivos fiscais	130	132	4	12
Prejuízos fiscais	542	424	(52)	(1.098)
Exclusões/(adições) permanentes, líquidas (**)	100	1.391	(563)	(1.077)
Despesas com benefício pós emprego de saúde	(1.779)	(2.263)	(390)	(1.171)
Resultado de equivalência patrimonial no país e exterior	534	2.024	24	(400)
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos débitos tributários	4.767	4.767	-	-
Outros	12	10	(177)	(204)
Imposto de renda e contribuição social	(9.753)	(31.549)	3.209	20.578
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(620)	(21.247)	3.235	21.811
Imposto de renda e contribuição social correntes	(9.133)	(10.302)	(26)	(1.233)
Imposto de renda e contribuição social	(9.753)	(31.549)	3.209	20.578
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	23,8%	29,5%	65,8%	27,5%

(*) Imposto de renda e contribuição social no país referentes aos lucros auferidos nos exercícios por investidas no exterior, conforme dispositivos previstos na Lei nº 12.973/2014.

(**) Inclui efeito sobre acordos judiciais.

11.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos – não circulante

Movimentação e composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Consolidado	
	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	32.509	(1.502)
Reconhecido no resultado do período	(21.247)	8.940
Reconhecido no patrimônio líquido	(4.400)	24.858
Ajuste acumulado de conversão	11	559
Utilização de créditos tributários	(2.821)	(332)
Outros	(45)	(14)
Saldo em 30 de Setembro	4.007	32.509
Impostos diferidos ativos	4.852	33.524
Impostos diferidos passivos	(845)	(1.015)
Saldo em 30 de Setembro	4.007	32.509

O quadro a seguir demonstra a composição e o fundamento para realização dos ativos e passivos fiscais diferidos:

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Natureza	Fundamento para realização	30.09.2021	31.12.2020
Imobilizado - Custo com prospecção e desmantelamento de áreas	Depreciação, Amortização e Baixa de Ativos	(12.026)	(16.655)
Imobilizado - Impairment	Amortização, Baixa de Ativos e Reversão Impairment	24.690	34.435
Imobilizado - Outros (*)	Depreciação Amortização e Baixa de Ativos	(69.003)	(45.157)
Empréstimos, contas a receber/pagar e financiamentos	Pagamentos, Recebimentos e Contraprestação	18.582	20.335
Arrendamentos mercantis	Apropriação da contraprestação	6.560	6.186
Provisão para processos judiciais	Pagamento e Reversão da Provisão	3.923	3.453
Prejuízos fiscais	Compensação de 30% do lucro tributável	16.278	12.995
Estoques	Venda, Baixa e Perda	934	822
Benefícios concedidos a empregados, principalmente plano de pensão	Pagamento e reversão da provisão	12.399	14.972
Outros		1.670	1.123
Total		4.007	32.509

(*) inclui depreciação acelerada incentivada, diferença de depreciação por unidade produzida x método linear, bem como encargos financeiros capitalizados

Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos débitos tributários

Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF), em julgamento de recurso extraordinário com repercussão geral, ainda não transitado em julgado, decidiu que é inconstitucional a incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a atualização da Selic (juros de mora e correção monetária), incidentes sobre os débitos tributários.

A companhia possui mandado de segurança, no qual discute o direito à repetição dos montantes de IRPJ e CSLL que incidiram sobre os valores correspondentes à Selic aplicada em seus débitos tributários e depósitos judiciais, desde março de 2015, bem como pleiteia o afastamento definitivo dessa incidência tributária.

Em 20 de outubro de 2021, foi proferida decisão judicial, no mandado de segurança ainda pendente de publicação, reconhecendo o direito da companhia a não tributação da Selic no débito tributário, mas não se pronunciou sobre os depósitos judiciais.

Com base na decisão do STF, bem como dos fundamentos jurídicos apresentados na decisão da Suprema Corte, a companhia reavaliou a expectativa de ganho do direito em relação aos débitos tributários, considerando que é provável que o tratamento fiscal seja aceito.

Desta forma, a companhia reconheceu no terceiro trimestre de 2021, como receita de IRPJ e CSLL corrente e diferido, o montante de R\$ 4.767, conforme ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (equivalente à norma internacional IFRIC 23), sendo:

- (i) Corrente: R\$ 694 como IRPJ e CSLL a recuperar referente aos períodos que a companhia apurou lucro real, apresentados no ativo não circulante; e
- (ii) Diferido: R\$ 4.073 pela recomposição do prejuízo fiscal referente aos períodos em que a companhia apurou base fiscal negativa, reduzindo o passivo não circulante.

12. Salários, férias, encargos e participações

Os saldos relativos aos principais benefícios, de curto e longo prazos, concedidos aos empregados estão representados a seguir:

	30.09.2021	Consolidado 31.12.2020
Plano de desligamento voluntário (PDV)	2.644	4.678
Programa de remuneração variável	1.898	2.715
Provisão de férias e 13º salário	3.565	2.443
Salários, encargos e outras provisões	1.536	1.059
Participação nos lucros ou resultados	492	20
Total	10.135	10.915
Circulante	9.182	10.150
Não circulante (*)	953	765

(*) Valor classificado em outros passivos

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

12.1. Programas de desligamento

A movimentação da provisão em 30 de setembro de 2021 está representada a seguir:

	30.09.2021	Consolidado 31.12.2020
Saldo inicial	4.678	565
Inscritos no PDV	160	5.723
Revisão de provisão (desistências / atualização)	(212)	(315)
Utilização por desligamento	(1.982)	(1.295)
Saldo final	2.644	4.678
Circulante	1.706	3.921
Não circulante	938	757

O reconhecimento da provisão para gastos com os programas de aposentadoria ocorreu na medida em que os empregados realizaram a adesão.

O programa de desligamento voluntário (PDV 2019), destinado aos aposentados pelo INSS até promulgação da Reforma da Previdência, teve as inscrições reabertas durante o mês de janeiro de 2021 para empregados ainda não inscritos ou que tenham desistido da adesão por qualquer motivo até 29 de dezembro de 2020. Durante o período de reabertura, 195 empregados se inscreveram no programa.

Em 29 de março de 2021 foi aberto o 6º ciclo do PDV SegCorp, programa exclusivo para os empregados que trabalham no segmento corporativo da empresa com prazo de inscrição até 19 de abril de 2021 e contou com a adesão de 35 empregados.

A companhia diferiu o pagamento das indenizações em duas parcelas, sendo a primeira no momento do desligamento, junto com as verbas rescisórias legais, e a segunda, quando cabível, 12 meses após o pagamento da primeira parcela.

Em 30 de setembro de 2021, do total provisionado, o valor de R\$ 1.392 corresponde a segunda parcela de 4.189 empregados desligados e o de R\$ 1.252 corresponde a 2.258 empregados inscritos nos programas de desligamento voluntário com previsão de saída até dezembro de 2024.

12.2. Remuneração variável

Programa de Prêmio por *Performance* – PPP

Em 17 de setembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou ajuste nos critérios para concessão do PPP 2021 para os empregados (anteriormente aprovado em 16 de dezembro de 2020), alterando seu regulamento. Assim, o modelo de PPP 2021 apresenta, para o acionamento do programa, além do lucro líquido no exercício, a "declaração e pagamento de remuneração aos acionistas" referente ao exercício em referência aprovado pelo CA. O pagamento dos valores de PPP 2021 continua associado ao cumprimento de métricas de desempenho da Companhia e ao desempenho individual dos empregados.

No período de janeiro a setembro de 2021, a companhia provisionou R\$ 1.857 (R\$ 1.727 na controladora) referente à remuneração variável dos empregados para o exercício de 2021, registrado em outras despesas operacionais.

Em fevereiro de 2021, a companhia adiantou parte do valor do PPP 2020 aos empregados no valor de R\$ 651. Em 14 de abril de 2021, foi quitado o complemento, no montante de R\$ 1.996, totalizando R\$ 2.647.

12.3. Participação nos Lucros ou Resultados - PLR

Em 29 de dezembro de 2020, as 17 entidades sindicais que representam empregados de bases terrestres assinaram o acordo para PLR 2021/2022, dentro do prazo determinado pelo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Entre as bases marítimas, apenas o Sindmestre (Sindicato Nacional dos Mestres de Cabotagem e dos Contra Mestres em Transportes Marítimos) assinou o acordo dentro do prazo definido pelo ACT.

O regramento PLR 2021/2022 abrange os empregados que não ocupam funções gratificadas e prevê limites individuais de acordo com a remuneração dos participantes.

Para que haja o acionamento da PLR nos anos de 2021 e de 2022, além do acordo de PLR ter sido assinado, é necessário o atingimento dos seguintes gatilhos/requisitos: i) aprovação de distribuição de dividendos pela Assembleia Geral Ordinária (AGO); ii) apuração de lucro líquido no exercício de referência; e iii) atingimento do percentual médio, ponderado pelo peso, do conjunto das metas dos indicadores de no mínimo 80%.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

O montante máximo de PLR a ser distribuído está limitado a 5% do Ebitda ajustado, a 6,25% do lucro líquido e a 25% dos dividendos distribuídos aos acionistas, em cada exercício, o que for menor.

No período de janeiro a setembro de 2021, a companhia provisionou R\$ 496 (R\$ 440 na controladora) referente à participação dos empregados nos lucros da companhia do exercício de 2021, registrado em outras despesas operacionais.

13. Benefícios pós-emprego – Planos de pensão e saúde

Representa a obrigação da companhia, líquida dos ativos garantidores quando aplicáveis, descontada a valor presente e calculada anualmente por atuário independente, de acordo com a metodologia estabelecida no CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012, que diverge das práticas contábeis adotadas pelos fundos de pensão regulados pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

Os saldos relativos a benefícios pós-emprego concedidos a empregados estão representados a seguir:

	30.09.2021	Consolidado 31.12.2020
Passivo		
Plano de saúde suplementar	27.217	27.836
Plano de pensão Petros Repactuados (PPSP-R) ^(*)	21.917	31.265
Plano de pensão Petros Não Repactuados (PPSP-NR) ^(*)	6.233	8.424
Plano de pensão Petros Repactuados Pré-70 (PPSP-R Pré-70)	5.623	7.837
Plano de pensão Petros Não Repactuados Pré-70 (PPSP-NR Pré-70)	3.738	5.588
Plano de pensão Petros 2 (PP2)	2.772	2.477
Outros planos	81	76
Total	67.581	83.503
Circulante	3.744	8.049
Não Circulante	63.837	75.454
Total	67.581	83.503

(*) Em 2020, inclui obrigação com aporte contributivo referente à revisão do pecúlio.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

A movimentação das obrigações com planos de pensão e saúde com característica de benefício definido está representada a seguir:

	Planos de pensão				Plano de saúde	Outros planos
	PPSP-R (*)	PPSP-NR (*)	PP2			Total
Movimentação do passivo atuarial líquido						
Saldo em 1º de janeiro	39.102	14.012	2.477	27.836	76	83.503
Reconhecido no resultado - custeio e despesas	1.919	711	295	6.656	5	9.586
Custo do serviço passado	(5)	(1)	-	4.518	-	4.512
- Valor presente da obrigação	(3.672)	(168)	-	4.518	-	678
- Valor do ativo garantidor - transferência para patrimônio no PP3	2.494	114	-	-	-	2.608
- Aporte da patrocinadora no PP3	1.173	53	-	-	-	1.226
Custo do serviço corrente	52	3	157	670	-	882
Custo dos juros líquidos	1.774	680	138	1.468	5	4.065
Juros sobre a obrigação com aporte contributivo pela revisão do pecúlio	98	29	-	-	-	127
Reconhecidos no PL - outros resultados abrangentes	(6.885)	(1.769)	-	(6.034)	8	(14.680)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais	(6.885)	(1.769)	-	(6.034)	8	(14.680)
Efeito caixa	(6.596)	(2.983)	-	(1.241)	(1)	(10.821)
Pagamento de contribuições (***)	(2.219)	(359)	-	(1.241)	(1)	(3.820)
Pagamento da obrigação com aporte contributivo pela revisão do pecúlio (**)	(1.797)	(536)	-	-	-	(2.333)
Pagamento do termo de compromisso financeiro	(2.580)	(2.088)	-	-	-	(4.668)
Outros movimentos	-	-	-	-	(7)	(7)
Outros	-	-	-	-	(7)	(7)
Saldo do passivo atuarial em 30 de setembro de 2021	27.540	9.971	2.772	27.217	81	67.581

(*) Inclui o saldo dos planos PPSP-R pré-70 e PPSP-NR pré-70.

(**) Em 30 de junho, a companhia realizou a liquidação antecipada do saldo devedor de R\$ 2,25 bilhões.

(***) Em 30 de setembro, a companhia realizou o aporte no plano PP3 relativo aos participantes que migraram dos planos PPSP-R e PPSP-NR.

	Planos de pensão				Plano de saúde	Outros planos
	PPSP-R (*)	PPSP-NR (*)	PP2			Total
Movimentação do passivo atuarial líquido						
Saldo em 1º de janeiro	41.239	13.154	3.987	48.312	98	106.790
Reconhecido no resultado - custeio e despesas	454	206	571	(8.461)	14	(7.216)
Custo do serviço	(1.606)	(477)	280	(11.882)	1	(13.684)
Custo dos juros, líquidos	2.060	683	291	3.421	13	6.468
Reconhecidos no PL - outros resultados abrangentes	(1.833)	1.519	(2.081)	(10.417)	(41)	(12.853)
Perdas (ganhos) de remensuração	(1.833)	1.519	(2.081)	(10.417)	(41)	(12.853)
Efeito caixa	(2.457)	(1.374)	-	(1.598)	(4)	(5.433)
Pagamento de contribuições	(1.324)	(416)	-	(1.598)	(4)	(3.342)
Pagamento do termo de compromisso financeiro	(1.133)	(958)	-	-	-	(2.091)
Outros movimentos	-	-	-	-	9	9
Outros	-	-	-	-	9	9
Saldo do passivo atuarial em 31 de dezembro de 2020	37.403	13.505	2.477	27.836	76	81.297
Obrigação com aporte contributivo pela revisão do pecúlio	1.699	507	-	-	-	2.206
Obrigação total com planos de saúde e pensão em 31 de dezembro de 2020	39.102	14.012	2.477	27.836	76	83.503

(*) Inclui o saldo dos planos PPSP-R pré-70 e PPSP-NR pré-70.

A despesa líquida com planos de pensão e saúde está apresentada a seguir:

	Planos de pensão			Plano de Saúde	Outros Planos	Total
	PPSP-R (*)	PPSP-NR (*)	PP2			
Relativa a empregados ativos (custeio e resultado)	218	37	238	2.425	5	2.923
Relativa aos inativos (ODO)	1.603	645	57	4.231	–	6.536
Obrigação com aporte contributivo – revisão do pecúlio (ODO)	98	29	–	–	–	127
Despesa reconhecida no resultado - Jan-Set/2021	1.919	711	295	6.656	5	9.586
Despesa reconhecida no resultado -Jan-Set/2020	1.617	580	435	3.449	18	6.099
Relativa a empregados ativos (custeio e resultado)	71	14	79	1.683	5	1.852
Relativa aos inativos (ODO)	509	226	19	3.549	(3)	4.300
Obrigação com aporte contributivo – revisão do pecúlio (ODO)	–	–	–	–	–	–
Despesa reconhecida no resultado -Jul-Set/2021	580	240	98	5.232	2	6.152
Despesa reconhecida no resultado -Jul-Set/2020	460	165	144	1.149	6	1.924

(*) Inclui o saldo dos planos PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70.

13.1. Planos de Pensão

A gestão dos planos de previdência complementar da companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros, que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

13.1.1. Plano Petros Repactuados (PPSP-R) e Não Repactuados (PPSP-NR)

Em 29 de março de 2021, o Conselho Deliberativo da Petros aprovou as demonstrações contábeis dos planos PPSP-R e PPSP-NR, encerrando o exercício de 2020 com superávit e revertendo o cenário de sucessivos déficits nos dois maiores planos de benefício definido administrados pela Fundação.

As principais diferenças de práticas contábeis, adotadas no Brasil (Conselho Nacional de Previdência Complementar e CVM) entre Fundo de Pensão e Patrocinadora para cômputo do compromisso atuarial, estão demonstradas a seguir:

	PPSP-R	2020 PPSP-NR
Superávit acumulado de acordo com o CNPC - Fundação Petros	(968)	(536)
Hipóteses financeiras (taxa de juros e inflação)	19.090	5.830
Contribuições normais e extraordinárias (PED) - Patrocinadora	13.798	3.981
Ajuste no valor dos ativos do plano (*)	10.744	4.778
Outros (Metodologia de cálculo, etc.)	(5.261)	(548)
Passivo atuarial líquido de acordo com a CVM - Patrocinadora	37.403	13.505

(*) Inclui saldo de contas a receber decorrente do Termo de Compromisso Financeiro - TCF assinado com a Petrobras, e que a Petros reconhece como patrimônio.

Migração para o PP3 e revisão intermediária do PPSP-R e PPSP-NR

O PP-3 é uma opção previdenciária, na modalidade de contribuição definida (CD), que serviu de migração voluntária e exclusiva a participantes e assistidos dos planos PPSP-R e PPSP-NR, ambos Pós-70.

Em 27 de janeiro de 2021, a criação do Plano Petros 3 (PP-3) foi aprovada pelos órgãos competentes, assim como as alterações nos regulamentos dos planos PPSP-R e PPSP-NR, ambos pós-70, prevendo basicamente o processo de migração de participantes para o PP-3.

O prazo de inscrição no PP3 terminou em 30 de abril de 2021. A opção pela migração é irretratável e irrevogável, além de encerrar todo e qualquer vínculo com o plano de origem.

Em 15 de junho de 2021, a etapa de validação das inscrições do PP-3 foi concluída, totalizando 2.176 pedidos deferidos e os estudos de viabilidade técnica e administrativa do novo plano de contribuição definida foram finalizados, permitindo a sua implementação a partir de agosto de 2021.

Considerando a viabilidade do PP-3, a opção pela migração para o novo plano ser irretratável e irrevogável e pela necessidade de mensurar o custo do serviço passado, a Petrobras realizou uma revisão intermediária dos planos PPSP-R e PPSP-NR no 2º trimestre de 2021, que resultou numa redução do passivo de R\$ 8.660, em contrapartida de: (i) R\$ 6 no resultado pelo custo do serviço passado dos 2.176 participantes que optaram pela migração, conforme demonstrado na movimentação das obrigações dos planos; e (ii) R\$ 8.654 de ganho em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, principalmente pelo aumento da taxa de desconto aplicada sobre os passivos dos planos.

A duração média do passivo atuarial dos planos PPSP-R e PPSP-NR, após a remensuração do passivo, é de 12,77 anos e 11,99 anos, respectivamente (12,43 anos e 11,51 anos em 31 de dezembro de 2020, respectivamente).

Em 9 de setembro de 2021, a Petrobras realizou um aporte no PP-3 no montante de R\$ 1.274, sendo R\$ 1.221 relativo aos participantes que migraram do plano PPSP-R e R\$ 53 do plano PPSP-NR, descontado o valor do aporte contributivo pela revisão do pecúlio no valor de R\$ 92, previsto no plano de equacionamento do déficit dos planos PPSP-R e PPSP-NR liquidado em junho de 2021.

a) Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para a realização da avaliação atuarial intermediária no 2º trimestre de 2021, comparadas com as adotadas na avaliação atuarial de dezembro de 2020 não sofreram atualizações, exceto quanto à premissa da taxa de desconto que teve um aumento de 0,68 p.p quando confrontadas as taxas reais de desconto de 4,27% e 3,59% (de 31 de maio de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente) no PPSP-R e de 0,70 p.p quando confrontadas as taxas de desconto de 4,23% e 3,53% (de 31 de maio de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente) no PPSP-NR.

13.1.2. Plano Petros 2 (PP2)

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

O Plano Petros 2 possui uma parcela com característica de contribuição definida cujos pagamentos são reconhecidos no resultado. No período de janeiro a setembro de 2021, a contribuição da companhia para a parcela de contribuição definida do Plano Petros 2 foi de R\$ 618 (R\$ 640, para o período de janeiro a setembro de 2020).

13.2. Plano de Saúde

O Conselho de Administração da Petrobras aprovou em 2020 um novo modelo de gestão para a Assistência Multidisciplinar de Saúde. A partir de 1º de abril de 2021, a gestão do plano de saúde passou a ser realizada por uma associação civil, sem fins lucrativos, denominada Associação Petrobras de Saúde (APS), mantendo a modalidade de autogestão que está de acordo com as exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Com a transferência para o novo modelo de gestão, não houve alteração de patrocinadoras, benefício, cobertura ou abrangência, bem como efeitos contábeis.

Em 30 de setembro de 2021, a promulgação do Decreto Legislativo nº 26/2021, sustou, na data de sua publicação, os efeitos da Resolução da CGPAR nº 23/2018, que estabelecia limite paritário de custeio do benefício de assistência à saúde entre empresas estatais e empregados.

Considerando as condições estabelecidas que a companhia e as entidades sindicais estabeleceram no acordo coletivo 2020-2022, a participação que, a partir de janeiro de 2022 seria na proporção de 50% (cinquenta por cento) entre a companhia e os participantes, passará a ser de 60% (sessenta por cento) dos gastos cobertos pela companhia e os 40% (quarenta por cento) restantes pelos participantes. Em função dessa alteração, a companhia realizou uma revisão intermediária no passivo atuarial do plano de saúde.

Dessa forma, a revisão intermediária no 3º trimestre de 2021 resultou numa redução do passivo de R\$ 1.516, em contrapartida de: (i) 4.518 no resultado pelo custo do serviço passado decorrente da alteração do benefício; e (ii) 6.034 de ganho em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, pela revisão das premissas atuariais, principalmente pelo aumento da taxa real de desconto aplicada sobre os passivos dos planos de 4,81% e 3,76% (de 31 de agosto de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente) e pela redução da variação dos custos médicos hospitalares – VCMH de 4,66% e 6,17% (de 31 de agosto de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente).

As demais premissas atuariais utilizadas para a realização da avaliação atuarial intermediária, comparadas com as adotadas na avaliação atuarial de dezembro de 2020, não sofreram atualizações.

14. Processos judiciais e contingências

14.1. Processos judiciais provisionados

A companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a:

- Processos trabalhistas, destacando-se: (i) ações individuais de revisão da metodologia de apuração do complemento de Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR); e (ii) ações de terceirizados.
- Processos fiscais, incluindo: (i) não homologação de compensações de tributos federais; e (ii) não recolhimento de contribuições previdenciárias sobre abonos e gratificações.
- Processos cíveis, destacando-se: (i) pleitos envolvendo contratos; (ii) cobrança de royalties e participações governamentais, incluindo royalties sobre extração de xisto; e (iii) multas aplicadas pela ANP relativas a sistemas de medição.
- Processos ambientais, em especial: (i) indenização e multas relativas ao acidente ambiental ocorrido em 2000 no Estado do Paraná; e (ii) multas relativas à operação offshore da companhia.

Os valores provisionados são os seguintes:

	Consolidado	
Passivo circulante e não circulante	30.09.2021	31.12.2020
Processos trabalhistas	3.800	3.667
Processos fiscais	1.740	2.538
Processos cíveis	4.155	3.706
Processos ambientais	2.295	1.516
Total	11.990	11.427

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
Saldo inicial	11.427	12.546
Adição, líquida de reversão	2.173	2.494
Utilização	(2.041)	(3.814)
Atualização	384	104
Transferência para mantidos para venda	(15)	-
Outros	62	97
Saldo final	11.990	11.427

Na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 30 de setembro de 2021, a companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos.

No período de janeiro a setembro de 2021, o acréscimo no passivo decorre principalmente das alterações ocorridas nos seguintes casos: (i) R\$ 801 pela transferência para perda provável em ações relativas a indenizações e multas decorrentes do acidente ambiental ocorrido em 2000 no Estado do Paraná; (ii) R\$ 626 na provisão de litígios de natureza cível envolvendo questões contratuais; (iii) R\$ 215 na provisão de processo arbitral decorrente de contrato de controlada; e (iv) R\$ 151 na provisão de multas de agências reguladoras, compensados principalmente por: (v) redução de R\$ 1.157 pela revisão de valores de contingências tributárias no escopo do programa de anistias do estado do Rio de Janeiro, conforme nota explicativa 11.2; e (vi) redução de R\$ 376 em função de acordo realizado em arbitragem de contrato de engenharia em plataformas decorrentes de controladas no exterior.

14.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Ativo não circulante	Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
Fiscais	30.852	26.785
Trabalhistas	4.415	4.317
Cíveis	6.435	5.688
Ambientais	571	588
Outros	418	460
Total	42.691	37.838

	Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
Saldo inicial	37.838	33.198
Adição, líquido de reversão	4.385	4.672
Utilização	(359)	(441)
Atualização financeira	811	431
Transferência para mantidos para venda	(3)	-
Outros	19	(22)
Saldo final	42.691	37.838

No período de janeiro a setembro de 2021, a companhia realizou depósitos judiciais no montante de R\$ 4.385, incluindo: (i) R\$ 1.430 referentes a IRPJ e CSLL pela não adição dos lucros de controladas e coligadas domiciliadas no exterior à base de cálculo do IRPJ e CSLL da controladora; (ii) R\$ 1.267 referentes à unificação de Campos (Cernambi, Tupi, Tartaruga Verde e Tartaruga Mestiça); (iii) R\$ 852 referentes à incidência do IRRF relacionado a afretamento de plataformas; (iv) R\$ 506 referentes a IRPJ e CSLL na dedução de despesas com a Petros; e (v) R\$ 651 referentes a diversos depósitos judiciais de natureza tributária, compensados principalmente por: (vi) R\$ 722 referentes ao resgate de depósito de natureza cível realizado em ação indenizatória que tem por fundamento a resilição unilateral de contrato de cessão de créditos-prêmios de IPI.

14.3. Processos judiciais não provisionados

Em 30 de setembro de 2021, os passivos contingentes acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
Fiscais	131.480	127.375
Trabalhistas	39.379	42.505
Cíveis - Gerais	29.015	24.012
Cíveis - Ambientais	5.941	7.613
Total	205.815	201.505

Os principais processos judiciais não provisionados se referem a:

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Processos fiscais, incluindo: (i) Incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE e PIS/COFINS-importação sobre as remessas para pagamentos de afretamentos de embarcações; (ii) lucro de controladas e coligadas domiciliadas no exterior não adicionado à base de cálculo do IRPJ e CSLL; (iii) ISS sobre serviços em águas marítimas; (iv) pedidos de compensação de tributos federais não homologados pela Receita Federal do Brasil; (v) cobrança e creditamento de ICMS diversos envolvendo vários estados; e (vi) cobrança de contribuições previdenciárias sobre pagamentos de abonos e gratificações.
- Processos trabalhistas, destacando-se ações coletivas que requerem a revisão da metodologia de apuração do complemento de Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR).
- Processos cíveis, destacando-se: (i) processos administrativos e judiciais que discutem diferença de participação especial e royalties em campos diversos; (ii) processos judiciais em que se discute o monopólio estadual dos serviços de gás canalizado; (iii) multas de agências reguladoras; e (iv) pleitos envolvendo contratos.
- Processos ambientais, com destaque para indenizações e reparações por danos e multas ambientais relacionadas à operação da companhia.

No período de janeiro a setembro de 2021, o acréscimo no passivo decorre principalmente dos seguintes eventos: (i) R\$ 3.444 referentes a litígios de natureza cível envolvendo questões contratuais; (ii) R\$ 1.487 referentes a ações envolvendo cobrança de ICMS sobre diferenças de estoque e sobre valor adicionado; (iii) R\$ 785 referentes a processos administrativos e judiciais que discutem diferença de participação especial e royalties em campos diversos, incluindo unificação de campos; (iv) R\$ 767 referentes à incidência de IRRF, CIDE e PIS/COFINS relacionado a afretamento de plataformas; (v) R\$ 725 referentes a ações envolvendo cobrança de IRPJ e CSLL na dedução de despesas com a Petros; e (vi) R\$ 578 relativos a pedidos de compensação de tributos federais não homologados pela Receita Federal do Brasil. Esse efeito foi compensado, em parte, por (vii) redução de R\$ 2.859, com base na publicação do acórdão do julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) nº 58 pelo Supremo Tribunal Federal, em relação aos índices de atualização financeira aplicados aos débitos trabalhistas em ações coletivas nas quais os sindicatos questionam a fórmula de cálculo do Complemento de RMNR; e (viii) R\$ 1.769 pela revisão de valores e transferência para perda provável em ações de indenizações e multas ambientais relacionadas à operação da companhia.

14.4. RMNR - Remuneração Mínima por Nível e Regime de Trabalho

Em 30 de setembro de 2021, existem diversos processos judiciais relacionados a Remuneração Mínima por Nível e Regime de Trabalho (RMNR), com o objetivo de revisar seus critérios de cálculo.

A RMNR consiste em uma remuneração mínima garantida aos empregados, baseada no nível salarial, regime e condição de trabalho e localização geográfica. Essa política de remuneração foi criada e implantada pela Petrobras em 2007 por meio de negociação coletiva com representantes sindicais, e aprovada em assembleias dos empregados, sendo questionada três anos após sua implantação.

Em 2018, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu contra a companhia, que interpôs recursos extraordinários sobre sua decisão. No entanto, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu os efeitos da decisão proferida pelo TST e determinou a suspensão nacional dos processos em andamento relacionados à RMNR.

Em 29 de julho de 2021 foi publicada decisão monocrática na qual o Ministro Relator deu provimento ao Recurso Extraordinário interposto em um dos processos para reestabelecer a sentença que julgou improcedentes os pedidos autorais, acolhendo a tese da companhia e reconhecendo a validade do acordo coletivo de trabalho livremente firmado entre a Petrobras e os sindicatos, revertendo a decisão do TST.

Tal decisão foi objeto de Agravo Regimental apresentado pelos Sindicatos e ainda não transitou em julgado, não acarretando efeitos nas demonstrações financeiras da companhia de 30 de setembro de 2021, que apresentam R\$ 744 classificados como perda provável, reconhecidos no passivo como provisão para processos judiciais e administrativos, e R\$ 32.110 classificados como perda possível, inseridos na nota explicativa de processos judiciais não provisionados.

14.5. Ações coletivas (*class actions*) e processos relacionados

Com relação à ação coletiva na Holanda, em 26 de maio de 2021, a Corte decidiu que a ação coletiva deve prosseguir e que a cláusula de arbitragem do Estatuto Social da Petrobras não impede que acionistas da companhia tenham acesso ao Poder Judiciário holandês e sejam representados pela Fundação. Não obstante, estão excluídos da ação os investidores que já tenham iniciado arbitragem contra a Petrobras ou que sejam partes em processos judiciais nos quais tenha sido reconhecida de forma definitiva a aplicabilidade da cláusula de arbitragem.

A ação coletiva passou para a fase de discussão das questões de mérito. Para mais informações, consultar a nota explicativa 20.4.1, das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Na arbitragem da Argentina, discriminada no item 20.4.3 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o recurso apresentado pela Associação ainda não foi julgado pela Suprema Corte argentina.

Quanto às ações penais na Argentina, discriminadas no item 20.5 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no âmbito da ação relacionada à suposta oferta fraudulenta de valores mobiliários, em 21 de outubro de 2021, após recurso da Associação, o Tribunal de Apelações revogou a decisão de primeira instância que reconheceu a imunidade de jurisdição da Petrobras. O mesmo Tribunal recomendou que o juízo de primeira instância promovesse algumas diligências para certificar se a companhia poderia ser considerada criminalmente imune na Argentina para posterior reavaliação do tema. Na mesma oportunidade, o Tribunal de Apelações reconheceu que a Associação não poderia funcionar como representante dos consumidores financeiros, em razão da perda do seu registro perante os órgãos argentinos competentes. Cabe recurso contra as decisões.

Em relação à ação sobre suposto descumprimento da obrigação de divulgar “fato relevante”, em 4 de março de 2021, o Tribunal (Sala A da Camara Penal Econômico) decidiu que a competência para o julgamento desta ação penal deve ser transferida do Tribunal Econômico Criminal nº 3 da cidade de Buenos Aires para o Tribunal Econômico Criminal nº 2 dessa mesma cidade.

14.6. Arbitragens no Brasil

No período de janeiro a setembro de 2021, não ocorreram eventos que modificassem a avaliação e as informações sobre as arbitragens no Brasil.

Para mais informações, consultar a nota explicativa 20.4.2, das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

14.7. Processos judiciais – recuperação de tributos

14.7.1. Exclusão de ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A companhia ajuizou ações contra a União para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS no período de 2001 até 2020. A referida ação foi julgada integralmente procedente, reconhecendo à Petrobras o direito de compensar os valores indevidamente recolhidos a título de PIS e COFINS, tendo essa decisão transitada em julgado e o respectivo ativo reconhecido no exercício de 2020, conforme nota explicativa 17 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O crédito reconhecido no ativo se refere à exclusão do ICMS efetivamente recolhido da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS, conforme orientação da Receita Federal do Brasil (Solução de Consulta COSIT 13), enquanto a diferença para o critério do ICMS destacado na nota fiscal não foi registrada no ativo, visto que estava dependendo de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em 14 de maio de 2021, foi publicado o extrato da ata do julgamento do STF sobre os embargos de declaração opostos pela União Federal e restou claro que o critério a ser utilizado para fins de apuração do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS é o destacado na nota fiscal. Com base na decisão do STF, a Petrobras reconheceu o ativo relativo à diferença entre os critérios, sendo que este valor já está sendo compensado na apuração tributária da companhia.

Os efeitos reconhecidos relativos à exclusão do ICMS na base do PIS e COFINS, bem como a compensação desses valores, estão apresentados na nota explicativa 11.1.

15. Provisões para desmantelamento de áreas

O quadro a seguir detalha o valor da provisão de desmantelamento por área de produção:

	Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
Saldo inicial	97.595	70.377
Revisão de provisão	38	29.309
Transferências referentes a passivos mantidos para venda (*)	(2.866)	(2.793)
Utilização por pagamentos	(2.798)	(2.293)
Atualização de juros	2.940	2.925
Outros	19	70
Saldo final	94.928	97.595

(*) No período de janeiro a setembro de 2021, referem-se às seguintes transferências: Polo Alagoas (R\$ 808); Campo de Papa-Terra (R\$ 773); Polo Peroá (R\$ 595); Polo Miranga (R\$ 530); e Campo de Búzios (R\$ 160). Em 2020, inclui principalmente transferências de R\$ 1.550 relativas a concessões na Bahia e R\$ 1.054 referentes a concessões no Rio Grande do Norte (conforme nota explicativa 23 de 30 de junho de 2021 e nota explicativa 24 de 31 de dezembro de 2020, respectivamente).

16. “Operação Lava Jato” e seus reflexos na companhia

Na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 30 de setembro de 2021, a companhia considerou todas as informações disponíveis e monitorou as investigações da “Operação Lava Jato”, não tendo sido identificadas novas informações que alterassem a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente que fora reconhecida no terceiro trimestre de 2014, ou impactasse de forma relevante a metodologia adotada pela companhia. A Petrobras continuará monitorando as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

A companhia continua acompanhando as investigações e colaborando efetivamente com os trabalhos das autoridades nacionais e estrangeiras, incluindo a Polícia Federal, Ministério Público Federal, Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria Geral da União para que todos os crimes e irregularidades sejam apurados.

No período de janeiro a setembro de 2021, foi reconhecido, em decorrência de acordos de leniência e acordos de colaboração e repatriações, o ressarcimento de R\$ 1.197 (R\$ 515 no período de janeiro a setembro de 2020). Considerando o montante reconhecido em exercícios anteriores, a Petrobras já recuperou R\$ 6.145 em decorrência da “Operação Lava Jato”. Estes recursos foram apresentados como outras receitas operacionais.

16.1. U.S. Commodity Futures Trading Commission – CFTC

Em 30 de maio de 2019, a Petrobras foi contatada pela U.S. Commodity Futures Trading Commission – CFTC com pedidos de informação sobre as atividades de *trading* que são objeto de investigação na Operação Lava Jato. A Petrobras continuará cooperando com as autoridades, incluindo a CFTC, com relação a qualquer apuração.

16.2. Ministério Público / Inquérito Civil

Em 15 de dezembro de 2015, foi editada a Portaria de Inquérito Civil nº 01/2015, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MP/SP), instaurando Inquérito Civil para apuração de potenciais danos causados aos investidores no mercado de valores mobiliários, tendo a Petrobras como representada. Após decisão da Procuradoria Geral da República, este inquérito foi remetido ao Ministério Público Federal, uma vez que o MP/SP não detém competência legal para a condução do procedimento. A companhia vem prestando todas as informações pertinentes.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

17. Imobilizado

17.1. Por tipo de ativos

						Consolidado	Controladora
	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens ^(*)	Ativos em construção ^(**)	Gastos c/exploração e desenvolvimento (campos produtores de petróleo e gás) ^(***)	Direitos de Uso	Total	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	17.938	283.673	88.480	164.845	87.013	641.949	662.816
Adições	1	23.819	14.825	1.883	22.671	63.199	174.429
Constituição/revisão de estimativa de desmantelamento de áreas	-	-	-	27.899	-	27.899	27.829
Juros capitalizados	-	-	4.797	-	-	4.797	4.745
Baixas	(26)	(2.269)	(2.266)	(1.055)	(6.588)	(12.204)	(81.011)
Transferências	(1.485)	13.724	(15.342)	6.079	(119)	2.857	1.955
Transferências para ativos mantidos para venda	(47)	(1.055)	14	(3.956)	(73)	(5.117)	(4.995)
Depreciação, amortização e depleção	(719)	(21.882)	-	(19.650)	(20.627)	(62.878)	(71.925)
Impairment - constituição	(68)	(35.813)	(13.997)	(22.691)	(1.645)	(74.214)	(66.603)
Impairment - reversão	-	28.522	2.479	8.296	638	39.935	22.848
Ajuste acumulado de conversão	218	16.221	1.265	308	1.199	19.211	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.812	304.940	80.255	161.958	82.469	645.434	670.088
Custo acumulado	28.322	557.080	143.142	316.486	123.578	1.168.608	1.120.987
Depreciação, amortização, depleção e impairment acumulado	(12.510)	(252.140)	(62.887)	(154.528)	(41.109)	(523.174)	(450.899)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.812	304.940	80.255	161.958	82.469	645.434	670.088
Adições	2	5.274	22.940	7	27.943	56.166	59.514
Constituição/revisão de estimativa de desmantelamento de áreas	-	-	-	1	-	1	-
Juros capitalizados	-	-	3.954	-	-	3.954	3.908
Combinação de negócios	(1)	-	-	-	-	(1)	-
Transferência de Bônus de Assinatura	-	-	-	61.375	-	61.375	61.375
Baixas	(2)	(3.362)	(1.941)	(8.667)	(669)	(14.641)	(14.649)
Transferências	(50)	2.755	(16.036)	13.623	11	303	(386)
Transferências para ativos mantidos para venda	(8)	(8.476)	(3.023)	(3.288)	8	(14.787)	(15.356)
Depreciação, amortização e depleção	(413)	(16.670)	-	(16.733)	(16.825)	(50.641)	(54.451)
Impairment - constituição (nota explicativa 19)	-	(1.007)	(1)	(46)	-	(1.054)	(1.053)
Impairment - reversão (nota explicativa 19)	-	7.240	537	9.415	169	17.361	17.209
Ajuste acumulado de conversão	(2)	57	270	73	-	398	-
Saldo em 30 de setembro de 2021	15.338	290.751	86.955	217.718	93.106	703.868	726.199
Custo acumulado	23.358	542.618	147.029	370.916	142.750	1.226.671	1.177.110
Depreciação, amortização, depleção e impairment acumulado	(8.020)	(251.867)	(60.074)	(153.198)	(49.644)	(522.803)	(450.911)
Saldo em 30 de setembro de 2021	15.338	290.751	86.955	217.718	93.106	703.868	726.199
Tempo de vida útil médio ponderado em anos	40 (25 a 50) (exceto terrenos)	20 (3 a 31)		Método da unidade produzida	8 (2 a 47)		

(*) Composto por plataformas de produção, refinarias, termelétricas, unidades de tratamento de gás, dutos e outras instalações de operação, armazenagem e produção, incluindo equipamentos submarinos de produção e escoamento de óleo e gás depreciados pelo método das unidades produzidas.

(**) Os saldos por segmento de negócio são apresentados na nota explicativa 24.

(***) Composto por ativos de exploração e produção relacionados a poços, abandono de áreas, bônus de assinatura associados a reservas provadas e outros gastos diretamente vinculados a exploração e produção, exceto plataformas de produção.

(****) No caso dos terrenos e ativos em construção, refere-se apenas às perdas por impairment.

Os direitos de uso estão apresentados pelos seguintes ativos subjacentes:

	Plataformas	Embarcações	Imóveis e outros	Consolidado	Controladora
				Total	Total
2020					
Custo acumulado	57.913	58.498	7.167	123.578	139.784
Depreciação, amortização, depleção e impairment acumulado	(16.447)	(21.251)	(3.411)	(41.109)	(45.198)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	41.466	37.247	3.756	82.469	94.586
2021					
Custo acumulado	75.894	60.212	6.644	142.750	158.616
Depreciação, amortização, depleção e impairment acumulado	(19.219)	(27.437)	(2.988)	(49.644)	(51.264)
Saldo em 30 de setembro de 2021	56.675	32.775	3.656	93.106	107.352

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

17.2. Acordos de Individualização da Produção

A Petrobras possui Acordos de Individualização da Produção (AIP) celebrados no Brasil com empresas parceiras em consórcios de E&P, assim como contratos resultantes de operações de desinvestimentos e parcerias estratégicas vinculados a esses consórcios. Esses acordos resultarão em equalizações a pagar ou a receber de gastos e volumes de produção referentes aos campos de Atapu, Berbigão, Sururu, Albacora Leste, Tartaruga Verde, Mero e outros.

A movimentação do valor a pagar está apresentada a seguir:

	30.09.2021	Consolidado 31.12.2020
Saldo inicial	1.925	456
Adições/baixas no Imobilizado	(419)	1.500
Pagamentos realizados	-	(89)
Outras despesas (receitas) operacionais	190	58
Saldo final	1.696	1.925

Em 30 de setembro de 2021, a Petrobras possui uma estimativa de valores a pagar pela celebração dos AIP submetidos à aprovação da ANP de R\$ 1.696 (R\$ 1.925 em 31 de dezembro de 2020). No período de janeiro a setembro de 2021, esses acordos resultaram no reconhecimento de adições e baixas no imobilizado, além de outras despesas líquidas de R\$ 190, refletindo a melhor estimativa disponível das premissas utilizadas na apuração da base de cálculo e o compartilhamento de ativos relevantes em áreas a serem equalizadas.

17.3. Taxa média ponderada da capitalização de juros

A taxa média ponderada dos encargos financeiros utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos sem destinação específica, a ser capitalizado como parte integrante dos ativos em construção, foi de 6,24% a.a. no período de janeiro a setembro de 2021 (6,05 % a.a. no período de janeiro a setembro de 2020).

18. Intangível

18.1. Por tipo de ativos

	Direitos e Concessões	Softwares	Ágio (goodwill)	Consolidado Total	Controladora Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	77.261	976	252	78.489	77.904
Adições	157	448	-	605	562
Juros capitalizados	-	9	-	9	9
Baixas	(922)	(16)	-	(938)	(902)
Transferências	(13)	(5)	(148)	(166)	(17)
Amortização	(37)	(295)	-	(332)	(298)
Impairment - constituição	-	(30)	(31)	(61)	-
Ajuste acumulado de conversão	18	2	52	72	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	76.464	1.089	125	77.678	77.258
Custo acumulado	76.925	6.467	125	83.517	82.110
Amortização e impairment acumulado	(461)	(5.378)	-	(5.839)	(4.852)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	76.464	1.089	125	77.678	77.258
Adições	19	514	-	533	485
Adições - Bônus Assinatura	520	-	-	520	520
Juros capitalizados	-	16	-	16	16
Baixas	(51)	(5)	-	(56)	(44)
Transferências	(495)	18	-	(477)	(195)
Transferência de Bônus de Assinatura	(61.375)	-	-	(61.375)	(61.375)
Amortização	(24)	(217)	-	(241)	(220)
Ajuste acumulado de conversão	3	-	-	3	-
Saldo em 30 de setembro de 2021	15.061	1.415	125	16.601	16.445
Custo acumulado	15.332	7.016	125	22.474	21.490
Amortização e impairment acumulado	(271)	(5.602)	-	(5.873)	(5.045)
Saldo em 30 de setembro de 2021	15.061	1.414	125	16.601	16.445
Tempo de vida útil estimado em anos	(*)	5	Indefinida		

(*) O saldo é composto, preponderantemente, por ativos com vida útil indefinida. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se continua justificável.

18.2. Excedentes de Cessão Onerosa

Atapu e Sépia

Em 9 de abril de 2021, o Conselho de Administração aprovou a assinatura de Acordo com a União que estabelece as participações em cada contrato e o valor de compensação à Petrobras no caso de licitação dos volumes excedentes da Cessão Onerosa nos campos de Sépia e Atapu. Em 14 de abril de 2021, esse acordo foi aprovado pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Com a publicação da Portaria MME nº 23/2020, complementada pela Portaria MME nº 493/2021, a Petrobras e a Pré-sal Petróleo S.A (PPSA) revisaram e definiram, previamente à realização de licitação dos volumes excedentes da cessão onerosa, os valores das compensações a serem pagas pelo novo contratante à Petrobras pelo diferimento do fluxo de caixa nas duas áreas, bem como a participação dos contratos de Cessão Onerosa e de Partilha.

O Acordo entre a Petrobras e a União prevê os seguintes termos: compensação firme de US\$ 3.254 milhões pela participação de 60,5% do novo contratante para o Campo de Atapu e de US\$ 3.200 milhões pela participação de 68,7% para o Campo de Sépia. Além destes valores, há a previsão de complemento (*earn out*), devido entre 2022 e 2032, quando o preço do petróleo tipo Brent atingir média anual superior a US\$ 40/bbl, (limitado a US\$ 70/bbl, para valores maiores ou iguais a US\$ 70/bbl). Tais complementos possuem carência de 1 ano para pagamento da 1ª parcela do *earn out*, de 2023 para 2024, corrigida à taxa de 8,99% a.a.

Os termos de pagamento previstos serão refletidos em um Acordo de Coparticipação que vinculará a Petrobras e o(s) novo(s) contratante(s) das áreas. O Acordo de Coparticipação terá eficácia a partir da assinatura do Contrato de Partilha de Produção e o pagamento da compensação à Petrobras, quando os contratantes terão acesso à sua participação na produção proveniente dos campos de Sépia e Atapu.

Em 28 de abril de 2021, a Petrobras manifestou ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) o interesse no direito de preferência na Segunda Rodada de Licitações dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa no regime de Partilha de Produção, com a manifestação de interesse no direito de preferência nas áreas de Atapu e Sépia, com percentual de 30%, considerando os parâmetros divulgados na Resolução do CNPE nº 05, de 22 de abril de 2021, e na Portaria MME nº 08, de 19 de abril de 2021.

Os valores correspondentes aos bônus de assinatura a serem pagos, caso haja confirmação dos percentuais de participação nos termos acima pelo CNPE, serão de R\$ 1.201 para Atapu e R\$ 2.141 para Sépia.

Búzios

Em 6 de novembro de 2019, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realizou a Primeira Rodada de Licitações do Excedente da Cessão Onerosa, na qual a Petrobras adquiriu 90% de participação do direito de exploração e produção do volume excedente ao Contrato de Cessão Onerosa do campo de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos em parceria com a CNODC Brasil Petróleo e Gás Ltda. (CNODC) - 5% e a CNOOC Petroleum Brasil Ltda. (CNOOC) - 5%.

O bônus de assinatura correspondente à participação da companhia, no valor de R\$ 61.375, foi pago no último trimestre de 2019 e o Contrato de Partilha da Produção assinado com as entidades regulatórias no primeiro trimestre de 2020.

a) Acordo de Coparticipação de Búzios

Em 11 de junho de 2021, a Petrobras assinou com a PPSA e as parceiras CNODC e CNOOC o Acordo de Coparticipação de Búzios (Acordo), que regulará a coexistência do Contrato de Cessão Onerosa e do Contrato de Partilha de Produção do Excedente da Cessão Onerosa para o campo de Búzios. O valor da compensação total devido ao Contrato de Cessão Onerosa (100% Petrobras) pelo Contrato de Partilha de Produção é de US\$ 29 bilhões, que será recuperado como Custo em Óleo pelos contratados.

O montante foi calculado com base nas diretrizes estabelecidas na Portaria MME nº 213/2019 e levou em consideração parâmetros de mercado atuais, bem como o diferimento da produção do volume contratado em regime de Cessão Onerosa, de forma a maximizar o Valor Presente Líquido - VPL da União e manter o VPL da Petrobras calculado com base na data efetiva do Acordo de Coparticipação.

Seguindo as condições de acordo para a formação do consórcio para a participação na Licitação de 2019, o montante de R\$ 15.510 (US\$ 2,9 bilhões), foi pago pelos parceiros CNODC e CNOOC à Petrobras no mês de agosto de 2021, após aprovação pela ANP, sendo atendidas todas as condições precedentes. Assim, o Acordo passou a vigorar em 1º de setembro de 2021.

Na data de início da vigência do Acordo foi realizada a baixa parcial dos ativos associados ao campo de Búzios, incluindo parte do bônus de assinatura pago pela Petrobras devido ao Contrato de Cessão Onerosa aplicável a esse campo, em troca da compensação financeira, resultando em uma transação análoga a uma venda.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em conjunto, as empresas contratadas e a PPSA definiram o Plano de Desenvolvimento do campo que deverá resultar em um volume recuperável de 10.346 milhões boe entre a data de início de vigência do Acordo até o fim do acordo em setembro de 2050. O referido volume recuperável resulta nas participações na área coparticipada de aproximadamente 26% para o Contrato de Cessão Onerosa e 74% para o Contrato de Partilha de Produção. Considerando a participação de cada empresa em seu respectivo contrato e a participação de cada contrato na área coparticipada, foi apurada a participação na área de 92,6594% para a Petrobras e 3,6703% para cada um dos parceiros.

b) Ressarcimento de Gastos

Os gastos incorridos pela Petrobras nas operações ordinárias da área licitada em benefício do consórcio, realizados anteriormente ao início da vigência do Acordo e não incluídos no valor total da compensação, no montante estimado de R\$ 399, serão ressarcidos à Petrobras pelos parceiros CNODC e CNOOC.

c) Exercício da Opção de Compra de parceiros

Em até 30 dias após a data de início de vigência do Acordo, os parceiros da Petrobras no consórcio tinham o direito de exercer a opção de compra, prevista no acordo que estabeleceu a formação do consórcio para participação na Licitação em 2019, para adquirir, cada um, mais 5% de participação.

Em 29 de setembro de 2021, a parceira CNOOC manifestou o interesse no exercício da opção de compra da parcela adicional de 5%. O valor estimado a ser recebido pela Petrobras à vista no fechamento da operação pela parcela da CNOOC, com base no câmbio de R\$ 5,42/US\$, será de US\$ 2,08 bilhões, sendo: (i) US\$ 1,45 bilhão pela compensação, sujeito aos ajustes previstos no contrato, que considera a mesma data efetiva do Acordo de 1º de setembro de 2021 e; (ii) US\$ 0,63 bilhão pelo reembolso do bônus de assinatura, referente à participação adicional da CNOOC. Os valores serão atualizados até a data do fechamento da transação.

Em 30 de setembro de 2021, os ativos relacionados a essa operação foram reclassificados para ativos mantidos para venda, descritos na nota explicativa 23.1

A efetividade dessa transação está sujeita às aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), ANP e do MME.

A parceira CNODC não manifestou o interesse no exercício da opção de compra de parcela adicional, de 5%, no Contrato de Partilha de Produção.

Desta forma, após a conclusão da operação de compra de parcela adicional de 5% pela CNOOC, a Petrobras passará a deter 85% dos direitos de exploração e produção do volume excedente da Cessão Onerosa do campo de Búzios, enquanto a CNOOC deterá 10% e a CNODC, 5%. Já a participação na Jazida Compartilhada de Búzios (Contrato de Cessão Onerosa, Contrato de Partilha de Produção do Excedente da Cessão Onerosa e Contrato de Concessão de Tambuatá) será de 88,99% da Petrobras, 7,34% da CNOOC e 3,67% da CNODC.

d) Outras Informações

O resultado da operação, apresentado em outras receitas operacionais, está demonstrado a seguir:

	Consolidado
Compensação financeira recebida (US\$ 2,9 bilhões)	15.510
Ressarcimento de Gastos	399
Baixa de ativos associados – Imobilizado	(5.052)
Baixa parcial do bônus de assinatura	(7.338)
Efeito total no resultado	3.519

Uma vez que se tratou de um leilão especial, relacionado ao excedente de produção de campos com viabilidades técnicas e comerciais já definidas, o valor do bônus de assinatura pago no leilão do Excedente da Cessão Onerosa, no montante de R\$ 61.375, foi transferido do ativo intangível para o ativo imobilizado após o início da vigência do Acordo.

O efeito na curva de produção da Petrobras, decorrente do exercício da opção de compra pela CNOOC, somente incorrerá após o fechamento da transação, não sendo esperado impacto na meta de produção de 2021.

Os volumes de reservas serão incorporados considerando o início da vigência do Acordo do campo de Búzios e refletidos nas estimativas de reservas provadas referentes a 31 de dezembro de 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Acordo de Coparticipação de Itapu

Em 9 de julho de 2021, a Petrobras assinou com a Pré-sal Petróleo S.A. (PPSA) o Acordo de Coparticipação de Itapu, que regulará a coexistência do Contrato de Cessão Onerosa e do Contrato de Partilha de Produção do Excedente da Cessão Onerosa para o campo de Itapu, no pré-sal da Bacia de Santos.

As negociações foram iniciadas após a licitação, ocorrida em 6 de novembro de 2019, em que a Petrobras adquiriu 100% dos direitos de exploração e produção do volume excedente da Cessão Onerosa do campo de Itapu.

Em conjunto, Petrobras e PPSA definiram o Plano de Desenvolvimento do campo, estimativas de curva de produção e volumes recuperáveis. Com isso, a participação na área coparticipada foi de 51,708% para o contrato de cessão onerosa, com volume recuperável total de 350 milhões boe, e 48,292% para o contrato de partilha de produção, com volume recuperável total de 319 milhões boe.

A efetividade do Acordo está sujeita à aprovação pela ANP e as premissas de preços de óleo e gás, taxa de desconto e métricas de custos utilizadas foram estabelecidas na Portaria MME 213/2019.

18.3. Cessão de direitos em contratos de concessão de blocos no Estado do Amapá

Em setembro de 2020 e abril de 2021, a Petrobras celebrou acordos, respectivamente, com a Total E&P do Brasil LTDA (Total), atual TotalEnergies, e BP Energy do Brasil LTDA (BP), em que assumiu a integralidade das participações dessas empresas nos blocos localizados em águas ultraprofundas no norte do Brasil. A TotalEnergies era a operadora de 5 blocos, tendo 40% de participação, enquanto Petrobras e BP possuíam 30% cada. A BP possuía ainda 70% de participação em outro bloco, também parceira da Petrobras (30%). Com a celebração desses acordos, a Petrobras passa a deter 100% de participação nos referidos seis blocos.

No terceiro trimestre de 2021, ocorreu a assinatura dos termos de cessão de direitos e dos aditivos aos contratos de concessão em referência. Como resultado destes acordos, a Petrobras fez jus ao valor de R\$ 1.052, referente à negociação pela assunção total do Programa Exploratório Mínimo (PEM) com a saída dos parceiros dos blocos, sendo R\$ 733 recebidos no fechamento da operação e o montante de R\$ 319 a ser recebido em junho de 2022.

A companhia registrou também adição em seu ativo intangível, no valor de R\$ 466, pela assunção de participação nas concessões, não tendo esta parte efeito financeiro em seu caixa.

O valor total resultante da operação, no montante de R\$ 1.518, foi reconhecido, em contrapartida, em outras receitas operacionais.

19. Redução ao valor recuperável dos ativos (*Impairment*)

A companhia avalia a recuperabilidade dos ativos anualmente, ou quando existe um indicativo de desvalorização ou de reversão de perdas por *impairment* reconhecidas em exercícios anteriores. Em aderência às normas contábeis e à evolução do cenário do mercado de óleo e gás, a administração avaliou a razoabilidade da premissa-chave *Brent*, prevista no Planejamento Estratégico em vigor, em relação aos resultados observados nos trimestres anteriores e às estimativas futuras dos preços de curto prazo, concluindo pela necessidade de atualização da premissa *Brent* de curto prazo estabelecida no Planejamento Estratégico 2021-2025 (PE 21-25).

Dessa forma, na aplicação sobre os testes do valor recuperável dos ativos imobilizado das demonstrações financeiras do 3º trimestre de 2021, foram atualizadas as premissas de *Brent* para o ano de 2021 para US\$ 69,40 e do ano de 2022 para US\$ 69,20 (US\$ 45,0 originalmente previsto no plano para 2021 e 2022), mantendo-se os preços de 2023 a 2025 inalterados. Para campos de produção de óleo e gás no Brasil, a taxa de desconto pós-imposto em moeda constante foi reduzida de 7,1% a.a. para 6,3% a.a.

O Planejamento Estratégico 2022-2026 (PE 22-26) está em elaboração, sendo prevista sua aprovação no 4º trimestre de 2021. A atualização do PE 22-26 contemplará todas as premissas econômicas e as demais variáveis do planejamento da companhia.

No período de janeiro a setembro de 2021 foram reconhecidas no resultado do período reversões líquidas por desvalorização de R\$ 15.353 (R\$ 16.359 reversões líquidas no período de julho a setembro de 2021).

19.1. Imobilizado

No período de janeiro a setembro de 2021 foram reconhecidas no resultado do período reversões líquidas por desvalorização no ativo imobilizado no montante de R\$ 16.306 (R\$ 16.900 de reversões líquidas no período de julho a setembro de 2021), principalmente por:

- Campos de produção de óleo e gás – Brasil: a companhia avaliou a recuperabilidade do valor contábil dos ativos de campos de produção, resultando em uma reversão de perdas por desvalorização no montante de R\$ 17.209, principalmente nas UGCs Roncador (R\$ 4.539); Polo Norte (R\$ 3.772) e Polo Berbigão-Sururu (R\$ 2.049), em decorrência da alteração na premissa *Brent* de curto prazo;

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Equipamentos e instalações vinculados à atividade de produção – Brasil: a companhia decidiu pela parada definitiva das plataformas P-33 e P-26 no campo de Marlim, o que ocasionou na exclusão desses ativos da UGC Polo Norte e enquadramento como ativos isolados, com o reconhecimento de perdas por desvalorização no montante de R\$ 1.031;
- Equipamentos e instalações vinculados à atividade de produção – Exterior: a companhia realocou equipamentos das plataformas P-72 e P-73 a campos produtores na Bacia de Santos. Com isso, considerando a expectativa de geração de caixa futura, reconheceu reversão de perdas por desvalorização no montante de R\$ 151.

No período de janeiro a setembro de 2020, a companhia reconheceu perdas na recuperabilidade dos ativos decorrentes dos efeitos significativos e adversos no mercado de petróleo e derivados com a (i) deflagração da pandemia COVID-19 e suas consequências e do (ii) fracasso nas negociações entre membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e demais produtores, para uma definição das cotas de produção, o que contribuiu para o aumento da oferta global de petróleo e a redução significativa no preço no início de março.

Esses eventos levaram a companhia a adotar uma série de medidas visando à preservação da geração de caixa e a revisar algumas de suas premissas-chave, com reflexos nos testes de recuperabilidade no período de janeiro a setembro de 2020, levando ao reconhecimento de perdas por desvalorização no montante de R\$ 65.229, concentradas no primeiro trimestre de 2020, com destaque para:

- efeito de um novo conjunto de premissas de planejamento sobre o valor recuperável de diversos campos do E&P (R\$ 57.619), principalmente nas UGCs Roncador, Marlim Sul; Polo Norte, Albacora Leste, Polo Berbigão-Sururu, Polo CVIT, e Mexilhão; e
- hibernação de campos e plataformas em águas rasas (R\$ 6.625), afetando as UGCs Polo Norte, Polo Ceará-Mar, Polo Ubarana e os campos de Caioba, Guaricema e Camorim.

As avaliações de indicativo conduzidas pela companhia ao longo do terceiro trimestre de 2020 apontaram a necessidade de registros adicionais de perdas por desvalorização no campo de produção de óleo e gás Camarupim no montante de R\$ 258, em função do cancelamento do projeto. Tal perda foi compensada por reversões de *impairment* ocorridas em campos de águas rasas e campos terrestres, reclassificados para o grupo de ativos mantidos para venda, no montante de R\$ 188, e na FAFEN SE e BA, refletindo os contratos de arrendamento iniciados no terceiro trimestre de 2020, no montante de R\$ 117.

Em 25 de novembro de 2020, a Administração concluiu e aprovou seu PE 2021-2025, contemplando a atualização das premissas econômicas, bem como de seu portfólio de projetos e das estimativas de volumes de reservas, os quais embasaram os testes de recuperabilidade dos ativos do quarto trimestre de 2020, com a reversão parcial das perdas por desvalorização registradas no primeiro trimestre de 2020 em diversos campos de produção de óleo e gás no Brasil, conforme nota explicativa 27 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

19.2. Ativos classificados como mantidos para venda

No período de janeiro a setembro de 2021, também foram reconhecidas, no resultado, perdas em ativos mantidos para venda, no montante de R\$ 953 (R\$ 542 de perdas no período de julho a setembro de 2021), decorrentes da avaliação a valor justo líquido de despesas de venda, principalmente por:

- Breitener – aprovação da venda da empresa Breitener Energética S.A., no estado do Amazonas, resultando no reconhecimento de perda no montante de R\$ 473.
- UTES Polo Camaçari– aprovação da venda das Usinas Termoelétricas Arembepé, Muryci e Bahia 1, localizadas em Camaçari, no estado da Bahia, que resultou no reconhecimento de perdas por desvalorização no montante de R\$ 441.

No período de janeiro a setembro de 2020, em decorrência da aprovação da administração da companhia para alienação de campos associados a projetos do segmento de E&P, a companhia reconheceu reversões de perdas no montante de R\$ 198 (R\$ 188 no período de julho a setembro de 2020), considerando o valor justo líquido das despesas de vendas.

19.3. Investimento em coligada com ações negociadas em bolsas de valores (Petrobras Distribuidora S.A. - BR, atual Vibra Energia)

Em 26 de agosto de 2020, o Conselho de Administração da Petrobras (CA) aprovou o processo de alienação da totalidade da sua participação acionária na Petrobras Distribuidora.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Nesse contexto, a companhia avaliou a recuperabilidade do investimento com base no valor em uso, que inclui o valor de venda, considerando a intenção de venda das ações. Como o valor em uso obtido foi inferior ao valor de investimento registrado, as avaliações de recuperabilidade indicaram a existência de perda por *impairment* no montante de R\$ 778, reconhecida no terceiro trimestre de 2020. A taxa de desconto pós-imposto aplicada foi de 11,1%, em termos nominais, tendo em conta o custo de capital próprio, dada a metodologia adotada no valor em uso.

Em continuidade ao processo de alienação, em 30 de junho de 2021, o CA aprovou o preço por ação ordinária de emissão da Petrobras Distribuidora S.A., no valor de R\$ 26,00, no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de Ações de titularidade da Petrobras, resultando num montante de venda de R\$ 11.264, líquido dos custos de transação.

A avaliação da recuperabilidade do investimento com base no fluxo de caixa decorrente da venda, resultou no reconhecimento de reversões de perdas por desvalorização líquidas no montante de R\$ 2.019, registradas no período de janeiro a junho de 2021. Em 5 de julho de 2021, houve o encerramento da operação, conforme nota explicativa 23.2.

20. Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás

As atividades de exploração e avaliação abrangem a busca por reservas de petróleo e gás natural desde a obtenção dos direitos legais para explorar uma área específica até a declaração da viabilidade técnica e comercial das reservas.

As movimentações dos custos capitalizados relativos aos poços exploratórios e os saldos dos valores pagos pela obtenção dos direitos e concessões para exploração de petróleo e gás natural, ambos diretamente relacionados às atividades exploratórias em reservas não provadas, são apresentados na tabela a seguir:

	Consolidado	
Custos exploratórios reconhecidos no Ativo (*)	30.09.2021	31.12.2020
Imobilizado		
Saldo inicial	15.716	17.175
Adições	1.558	2.168
Baixas	(860)	(1.066)
Transferências	(792)	(2.667)
Ajustes acumulados de conversão	27	106
Saldo final	15.649	15.716
Intangível	14.399	75.489
Total dos custos exploratórios reconhecidos no ativo	30.048	91.205

(*) Líquido de valores capitalizados e subsequentemente baixados como despesas no mesmo período.

Os custos exploratórios reconhecidos no resultado e os fluxos de caixa vinculados às atividades de avaliação e exploração de petróleo e gás natural estão demonstrados a seguir:

	Consolidado			
	Jul-Set	2021 Jan-Set	Jul-Set	2020 Jan-Set
Custos exploratórios reconhecidos no resultado				
Despesas com geologia e geofísica	525	1.354	337	911
Projetos sem viabilidade econômica (inclui poços secos e bônus de assinatura)	142	1.178	998	1.180
Penalidades contratuais de conteúdo local	28	261	64	116
Outras despesas exploratórias	1	104	48	58
	696	2.897	1.447	2.265
Caixa utilizado nas atividades				
Operacionais	526	1.458	385	969
Investimentos	1.066	2.381	585	1.932
	1.592	3.839	970	2.901

21. Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo

A Petrobras concedeu garantias à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) no total de R\$ 9.959 para os Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração, permanecendo em vigor R\$ 9.959 líquidos dos compromissos já cumpridos. Desse montante, R\$ 6.933 correspondem ao penhor do petróleo de campos previamente identificados e já em fase de produção e R\$ 3.026 referem-se a garantias bancárias.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

22. Investimentos

22.1. Mutação dos investimentos (Controladora)

	Saldo em 31.12.2020	Aportes de capital	Transferências para mantidos para venda	Reorganiza- ções, redução de capital e outros	Resultado de participação em investimentos	Ajuste acumulado de conversão (CTA)	Outros resultados abrangentes	Dividendos	Saldo em 30.09.2021
Controladas	228.777	314	(2.081)	735	9.739	11.603	506	(1.326)	248.267
Operações em conjunto	164	-	-	-	60	-	-	(31)	193
Empreendimentos controlados em conjunto	237	34	(90)	-	46	14	(6)	(105)	130
Coligadas (*)	12.678	-	(11.318)	(925)	7.081	393	166	(812)	7.263
Total	241.856	348	(13.489)	(190)	16.926	12.010	666	(2.274)	255.853
Outros investimentos	19	-	-	(1)	-	-	-	-	18
Total dos Investimentos	241.875	348	(13.489)	(191)	16.926	12.010	666	(2.274)	255.871
Resultado de empresas classificadas como mantidas para venda					(441)		-		
					16.485		666		

(*) Inclui Braskem.

Constituição da Associação Petrobras de Saúde (APS) e tratamento contábil dos aportes

A APS tem natureza de associação civil, tendo por objetivo a realização de atividades sociais ou assistenciais, neste caso a assistência à saúde, sem fins lucrativos e está sendo consolidada nas demonstrações financeiras da Petrobras, conforme os requerimentos previstos no CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Mediante convênios celebrados entre as patrocinadoras e APS, são realizadas transferências de recursos financeiros para formação do capital regulatório da ANS, com o objetivo de garantir a cobertura aos seus beneficiários. Esses recursos serão reconhecidos nas patrocinadoras, em suas demonstrações individuais, como Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Em 30 de setembro de 2021, o saldo do investimento na APS é de R\$ 311, classificado em controladas.

22.2. Mutação dos investimentos (Consolidado)

	Saldo em 31.12.2020	Aportes de capital	Transferências para mantidos para venda	Reorganiza- ções, redução de capital e outros	Resultado de participação em investimentos	Ajuste acumulado de conversão (CTA)	Outros resultados abrangentes	Dividendos	Saldo em 30.09.2021
Empreendimentos controlados em Conjunto	4.232	35	(1.773)	(1)	795	131	(6)	(549)	2.864
Coligadas (*)	12.758	44	(11.318)	(918)	7.049	398	166	(815)	7.364
Outros Investimentos	20	-	-	(1)	-	-	-	-	19
Total dos Investimentos	17.010	79	(13.091)	(920)	7.844	529	160	(1.364)	10.247

(*) Inclui Braskem.

23. Vendas de ativos e outras reestruturações societárias

A companhia tem uma carteira dinâmica de parcerias e desinvestimentos, na qual avalia oportunidades de alienação de ativos não estratégicos em suas diversas áreas de atuação, cujo desenvolvimento das transações também depende de condições que estão fora do controle da companhia.

Os projetos de desinvestimentos e de parcerias estratégicas seguem os procedimentos alinhados às orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) e à legislação vigente.

As principais classes de ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentadas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

					30.09.2021	Consolidado 31.12.2020
	E&P	RTC	Gás & Energia	Corporativo e outros negócios	Total	Total
Ativos classificados como mantidos para venda						
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	32	-	32	74
Contas a receber	-	-	508	-	508	126
Estoques	-	1.611	192	-	1.803	23
Investimentos	1	-	1.757	60	1.818	355
Imobilizado	9.017	7.134	107	-	16.258	3.318
Outros	-	69	501	-	570	185
Total	9.018	8.814	3.097	60	20.989	4.081
Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda						
Fornecedores	-	-	29	-	29	110
Financiamentos	-	-	-	3	3	70
Provisão para desmantelamento de área	4.911	-	-	-	4.911	3.326
Outros	-	-	277	-	277	53
Total	4.911	-	306	3	5.220	3.559

23.1. Operações não concluídas

Em 30 de setembro de 2021, os principais ativos e passivos classificados como mantidos para vendas contemplam as vendas apresentadas na tabela a seguir, exceto por vendas de campos terrestres no Ceará, Bahia e Espírito Santo, cujo descritivo foi apresentado na nota explicativa 32 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020:

Transação	Comprador	Data da aprovação para assinatura	Valor contratual (*)	Outras informações
Venda de ativos de E&P no Espírito Santo (Polo Peroá).	OP Energia e DBO Energia	Jan/2021	US\$ 12,5 milhões	a
Venda da totalidade da participação em nove campos terrestres de exploração e produção, denominados Polo Miranga, localizados no estado da Bahia	SPE Miranga S.A., subsidiária da PetroRecôncavo S.A.	Fev/2021	US\$ 135,1 milhões	b
Venda das ações da empresa que deterá a Refinaria Landulpho Alves (RLAM) e seus ativos logísticos associados, no estado da Bahia	MC Brazil Downstream Participações, empresa do grupo Mubadala Capital	Mar/2021	US\$ 1,65 bilhão	c
Venda das três usinas termelétricas movidas a óleo combustível, localizadas em Camaçari, no estado da Bahia (UTES Polo Camaçari).	São Francisco Energia S.A., subsidiária da Global Participações em Energia S.A.	Abr/2021	68	d
Venda da totalidade da participação em um conjunto de sete concessões terrestres e de águas rasas denominada Polo Alagoas, localizadas no estado de Alagoas e da Unidade de Processamento de Gás Natural – UPGN de Alagoas.	Petromais Global Exploração e Produção S.A. (Petro+)	Jun/2021	US\$ 300 milhões	e
Venda da totalidade da participação de 62,5% no campo de produção de Papa-Terra, localizado na Bacia de Campos	3R Petroleum Offshore S.A.	Jul/2021	US\$ 15,6 milhões	f
Venda da totalidade da participação (51%) na Petrobras Gás S.A. (Gaspetro)	Compass Gás e Energia S.A.	Jul/2021	2.030	g
Venda das participações de 20% na Termelétrica Potiguar S.A. (TEP) e de 40% na Companhia Energética Manauara S.A. (CEM)	Global Participações Energia S.A., por meio de suas subsidiárias	Jul/2021	160,3	h
Venda das ações da empresa que deterá a Refinaria Isaac Sabbá (REMAN) e seus ativos logísticos associados, no estado do Amazonas	Ream Participações S.A. (de mesma propriedade da Atem's Distribuidora de Petróleo S.A. - Atem)	Ago/2021	US\$ 189,5 milhões	i
Venda da totalidade da participação acionária de 93,7% na empresa Breitener Energética S.A. (Breitener), no estado do Amazonas	Breitener Holding Participações S.A., subsidiária integral da Ceiba Energy LP.	Ago/2021	251	j
Exercício da opção de compra da parcela adicional de 5% no Contrato de Cessão Onerosa e no Contrato de Partilha de Produção do Excedente da Cessão Onerosa para o campo de Búzios	CNOOC Petroleum Brasil Ltda (CNOOC)	Set/2021	US\$ 2,08 bilhões	k

(*) Considerando valores acordados na assinatura da transação.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

a) Venda de ativos de E&P no Espírito Santo

As condições e os prazos de recebimento ocorrerão da seguinte forma: (i) US\$ 5 milhões recebidos na data da assinatura do contrato; (ii) US\$ 7,5 milhões a serem recebidos no fechamento da transação; e (iii) US\$ 42,5 milhões em recebimentos contingentes previstos em contrato, relacionados a fatores como declaração de comercialidade de Malombe, preços futuros do petróleo e extensão do prazo das concessões. Os valores não consideram os ajustes devidos até o fechamento da transação, que está sujeito ao cumprimento de condições precedentes, tais como a aprovação pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

b) Venda de campos terrestres na Bahia

As condições e os prazos de recebimento ocorrerão da seguinte forma: (i) US\$ 11 milhões recebidos na assinatura contratual; (ii) US\$ 44 milhões no fechamento da transação; e (iii) US\$ 80,1 milhões diferidos em três parcelas ao longo de três anos a partir do fechamento da transação.

O contrato prevê o recebimento de valores condicionados de até US\$ 85 milhões, classificados como ativos contingentes, e que somente serão reconhecidos quando as condições acordadas forem atingidas.

Os valores não consideram os ajustes devidos até o fechamento da transação, que está sujeito ao cumprimento de condições precedentes, tais como a aprovação pela ANP.

c) Venda da refinaria RLAM

O contrato prevê ajustes no valor da venda em função de variações no capital de giro, dívida líquida e investimentos até o fechamento da transação, e que a operação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes. Em 9 de junho de 2021, a Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a transação de venda.

d) Venda de usinas termelétricas

O contrato prevê o recebimento de parcela contingente a ser depositada em uma conta garantida (*escrow account*), dependendo da solução favorável de processo administrativo, estando sujeito também a ajustes previstos em contrato até o fechamento da transação, e ao cumprimento de condições precedentes, a exemplo das aprovações do CADE e da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A companhia reconheceu, no segundo trimestre de 2021, uma perda no montante de R\$ 291, líquida dos efeitos fiscais, em função da diferença entre o valor de venda e o valor contábil dos ativos.

e) Venda de campos terrestres, de águas rasas e da Unidade de Processamento de Gás Natural – UPGN em Alagoas

As condições e os prazos de recebimento ocorrerão da seguinte forma: (i) US\$ 60 milhões a serem recebidos na data de assinatura do contrato e; (ii) US\$ 240 milhões no fechamento da transação.

Os valores não consideram os ajustes devidos até o fechamento da transação, que está sujeito ao cumprimento de certas condições precedentes, tais como a aprovação pela ANP.

f) Venda do Campo de Papa-Terra

As condições e os prazos de recebimento ocorrerão da seguinte forma: (i) US\$ 6,0 milhões recebidos na data da assinatura; e (ii) US\$ 9,6 milhões no fechamento da transação. Adicionalmente, há US\$ 90,0 milhões em recebimentos contingentes (ativo contingente) previstos em contrato, relacionados a níveis de produção do ativo e preços futuros do petróleo. Os valores não consideram os ajustes devidos e o fechamento da transação está sujeito ao cumprimento de condições precedentes, tais como a aprovação pela ANP.

g) Venda da Gaspetro

O recebimento será no fechamento da transação, sujeito aos ajustes previstos no contrato.

O fechamento da transação está sujeito ao cumprimento de condições precedentes, tais como a aprovação pelo CADE. Além disso, até o fechamento da operação, a Petrobras observará as disposições constantes dos acordos de acionistas da Gaspetro e das distribuidoras de gás natural, inclusive quanto aos direitos de preferência, conforme aplicáveis.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

h) Venda de empresas de energia elétrica

Os valores serão recebidos no fechamento das transações, sendo R\$ 81,3 pela TEP e R\$ 79 pela CEM, sujeitos aos ajustes previstos nos contratos.

As operações estão sujeitas ao cumprimento de condições precedentes, tais como a aprovação do CADE.

i) Venda da refinaria REMAN

As condições e os prazos de recebimento ocorrerão da seguinte forma: (i) US\$ 28,4 milhões recebidos na data de assinatura do contrato, a título de caução; e (ii) US\$ 161,1 milhões a serem recebidos no fechamento da operação, sujeito a ajustes previstos no contrato.

A operação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes, tais como a aprovação pelo CADE.

j) Venda da Breitener Energética

O recebimento de R\$ 251 será no fechamento da operação, sujeito aos ajustes previstos no contrato. Adicionalmente, há um valor de R\$ 53 em recebimento contingente, atrelado à remuneração futura da Breitener na venda de energia.

A companhia reconheceu, no terceiro trimestre de 2021, uma perda no montante de R\$ 312, líquida dos efeitos fiscais, em função da diferença entre o valor de venda e o valor contábil dos ativos.

O fechamento da transação está sujeito ao cumprimento de condições precedentes, como a aprovação do CADE.

k) Contrato de Cessão Onerosa e o Contrato de Partilha de Produção do Excedente da Cessão Onerosa para o campo de Búzios

Para mais informações sobre as condições dos contratos, verificar a nota explicativa 18.2 – Intangível – Excedentes de Cessão Onerosa - Búzios.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

23.2. Operações concluídas

Transação	Comprador	Data da assinatura (A) e Data de fechamento (F)	Valor de venda	Valor contratual (*) (**)	Ganho (perda) (***)	Outras informa- ções (****)
Venda de 30% da concessão do Campo de Frade. A transação também inclui a venda da totalidade da participação detida pela Petrobras Frade Inversiones S.A (PFISA), subsidiária da Petrobras, na empresa Frade BV.	PetroRio	A Nov/2019 F Fev/2021	206	US\$ 43,5 milhões	474	a
Venda da totalidade da participação na Petrobras Uruguay Distribución S.A. (PUDSA) pela Petrobras Uruguay Sociedad Anónima de Inversiones (PUSAI)	DISA Corporación Petrolífera S.A.	A Ago/2020 F Fev/2021	369	US\$ 68,17 milhões	(14)	b
Venda da totalidade de ações (50%) na BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S/A (BSBios) pela Petrobras Biocombustível S.A.	RP Participações em Biocombustíveis S.A	A Dez/2020 F Fev/2021	253	253	(1)	c
Venda da totalidade das participações de 49% nas sociedades Eólica Mangue Seco 1 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Eólica Mangue Seco 1"), Eólica Mangue Seco 3 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Eólica Mangue Seco 3") e Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Eólica Mangue Seco 4").	V2I Transmissão de Energia Elétrica S.A.	A Dez/2020 F Abr/2021	144.7	144.7	107	d
Venda da participação remanescente de 10% na Nova Transportadora do Sudeste S.A. (NTS)	Nova Infraestrutura Gasodutos Participações S.A.	A Abr/2021 F Abr/2021	1539	1539	609	e
Venda da totalidade de participação de 51% no capital social da sociedade Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. (Eólica Mangue Seco 2)	Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Pirineus (FIP Pirineus)	A Fev/2021 F Mai/2021	34.2	34.2	23	f
Venda da totalidade da participação em oito campos terrestres de E&P, conjuntamente denominados Polo Rio Ventura, localizados na Bahia	3R Rio Ventura S.A., subsidiária integral da 3R Petroleum Óleo e Gás S.A.	A Ago/2020 F Jul/2021	285.8	US\$ 53,7 milhões	330	g
Alienação total da participação na Petrobras Distribuidora S.A. (BR)	-	A Jun/2021 F Jul/2021	11358	* 11.358		h
Cessão da participação de 10% no campo de Lapa e 10% na Lapa Oil & Gas BV	Total Energies	A Dez/2018 F Ago/2021	261.2	US\$ 49,4 milhões	67	i
Venda da totalidade de participação de 40% na empresa GNL Gemini Comercialização e Logística de Gás Ltda (GásLocal)	White Martins Gases Industriais Ltda.	A Set/2020 F Set/2021	22.8	22.8	(3)	i
			14.473,7		1.592,0	

(*) Considerando valores acordados na assinatura da transação e convertidos em reais, quando negociados em outra moeda.

(**) O valor de "Recebimentos pela venda de ativos (Desinvestimentos) na Demonstração dos Fluxos de Caixa" é composto principalmente por valores do Programa de Desinvestimento: recebimento parcial de operações deste exercício, parcelamentos de operações de exercícios anteriores e adiantamentos referentes a operações não concluídas.

(***) Reconhecido em "Resultado com alienações, baixa de ativos e resultado na remensuração de participações societárias" - nota explicativa 6 - Outras (despesas) receitas operacionais líquidas.

Essas conclusões ocorreram após cumprimento de eventuais condições precedentes.

a) Venda do Campo de Frade

A operação foi concluída com o recebimento de US\$ 36 milhões, que inclui a receita auferida pela venda do estoque de óleo residual da Petrobras, na data do fechamento da transação, após o cumprimento de todas as condições precedentes e ajustes previstos em contratos. Na assinatura do contrato, foi recebido, adicionalmente, o montante de US\$ 7,5 milhões.

O valor total da transação, de US\$ 100 milhões, foi ajustado com base no lucro auferido pela Petrobras no período de 1º de julho de 2019, data base da transação, a 5 de fevereiro de 2021, data de fechamento da transação. Além disso, há o montante de US\$ 20 milhões contingente à uma potencial descoberta comercial no campo.

b) Venda da Petrobras Uruguay Distribución S.A. (PUDSA)

A transação foi concluída com o recebimento de US\$ 62 milhões. O valor recebido no fechamento se soma ao montante de US\$ 6,17 milhões recebidos pela PUSAI na data de assinatura do contrato de venda. Em decorrência desta operação, o valor de R\$ 185 foi reclassificado para resultado como outras despesas operacionais, decorrente da variação cambial frente ao dólar, anteriormente reconhecida no patrimônio líquido da PUDSA como ajuste acumulado de conversão.

c) Venda da BSBios

A operação foi concluída com o recebimento de R\$ 253, já com os ajustes previstos no contrato. Além desse valor, R\$ 67 estão mantidos em conta vinculada (*escrow*) para indenização de eventuais contingências e serão liberados conforme prazos e condições previstas em contrato e R\$ 2 foram recebidos antecipadamente na forma de juros sobre capital próprio em dezembro de 2020.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

d) Vendas de Mangue Seco 1, 3 e 4

As transações foram concluídas com o recebimento de R\$ 44 (Eólica 1) e R\$ 78,2 (Eólicas 3 e 4), já com os ajustes previstos no contrato de compra e venda de ações. Em relação as Eólicas 3 e 4, se soma ao montante de R\$ 22,5 recebidos na assinatura do contrato, totalizando R\$ 100,7, para esses ativos.

e) Venda de parcela de participação de 10% na NTS

A operação foi concluída com o recebimento de R\$ 1.539, na data da assinatura e conclusão da venda, após ajustes contratuais em função da data-base da operação.

f) Venda de Mangue Seco 2

A transação decorre do exercício do direito de preferência pelo FIP Pirineus, em conformidade com o acordo de acionistas da Eólica Mangue Seco 2.

A operação foi concluída com recebimento total de R\$ 34,2, já com os ajustes previstos no contrato de compra e venda de ações.

g) Venda do Polo Rio Ventura

Recebimento ocorreu em julho de 2021, no montante de US\$ 33,9 milhões, já com os ajustes previstos no contrato. O valor recebido no fechamento agrega ao montante de US\$ 3,8 milhões recebidos na assinatura do contrato de venda, em agosto de 2020.

A companhia ainda receberá as seguintes parcelas, sujeitas a ajustes: (i) US\$ 16 milhões que serão recebidos em janeiro de 2024; e (ii) US\$ 43,2 milhões de recebimentos contingentes relacionados a preços futuros do petróleo. Deste montante contingente, a companhia reconheceu R\$ 116 (equivalente a US\$ 21,6 milhões) em outras receitas operacionais em setembro de 2021.

h) Alienação total da participação na Petrobras Distribuidora S.A. (BR) – atual Vibra Energia

Em 17 de junho de 2021, a Petrobras protocolou o pedido de registro de oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Petrobras Distribuidora S.A. (BR), com divulgação de Prospecto Preliminar da Oferta. O percentual das ações ofertadas foi de 37,5% do capital social da BR, que corresponde à totalidade da participação atualmente detida pela Petrobras.

Em 30 de junho de 2021, a Petrobras aprovou o preço por ação ordinária de emissão da BR no valor de R\$ 26,00, no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações, perfazendo o montante de R\$ 11.358. Nesse contexto, houve a reversão líquida de impairment no valor de R\$ 2.019, no período de janeiro a junho de 2021, principalmente registrado no 2º trimestre de 2021, conforme nota explicativa 19.

Em 5 de julho de 2021, houve o encerramento da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Petrobras Distribuidora S.A. (BR), no montante total de R\$ 11.358, tendo a companhia recebido o valor líquido dos custos de transação (R\$ 11.264).

i) Cessão de participação no campo de Lapa

Em 2018, a companhia exerceu a opção de venda dos 10% restantes da participação da Petrobras no Campo de Lapa, incluindo a cessão dos 10% restantes da participação detida pela Petrobras Netherlands B.V. (PNBV) na Lapa Oil & Gas B.V. conforme nota explicativa 10.1 das demonstrações financeiras de 2018. Em agosto de 2021, a operação foi concluída com o recebimento de US\$ 49,4 milhões, já com os ajustes previstos no contrato.

Adicionalmente, em agosto de 2021, houve um ajuste de preço da cessão de direito dos campos de Lapa e Iara pela Petrobras e as participações detidas pela PNBV em Lapa BV e Iara BV (ver nota explicativa 10.1 das demonstrações financeiras de 2018), com reconhecimento de R\$ 116,6, como outras receitas operacionais.

j) Venda de participação na GásLocal

O acordo encerrou controvérsias, decorrentes das atividades do Consórcio Gemini e da GásLocal, em especial pendências de arbitragem e temas em discussão judicial. Também prevê ajustes nas condições comerciais para o fornecimento de gás pela Petrobras, na qualidade de consorciada do Consórcio Gemini, até o final de 2023, atendendo a determinação do CADE.

Recebimento: (i) R\$ 56,0 milhões recebidos na assinatura do acordo; e (ii) R\$ 4,6 milhões, sujeitos a correções previstas no respectivo acordo, a serem recebidos no prazo de até 13 meses a contar da data do fechamento do acordo.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

23.3. Outras Operações

Em 5 de janeiro de 2021, a Petrobras adquiriu 100% das ações da entidade estruturada Companhia de Desenvolvimento e Modernização de Plantas Industriais (CDMPI) por R\$ 50 mil. A diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido negativo da CDMPI, no valor de R\$ 3.716, foi classificado como transação de capital e reduziu o patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Petrobras, em contrapartida do aumento no patrimônio líquido dos acionistas não controladores, uma vez que a Petrobras já controlava suas operações antes da aquisição. Em 14 de abril de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Petrobras deliberou e aprovou a incorporação da CDMPI.

23.4. Ativos contingentes em vendas de ativos

a) Pampo e Enchova

Em 15 de julho de 2020, a Petrobras finalizou a venda da totalidade da sua participação nos dez campos que compõem os Polos Pampo e Enchova para a Trident Energy do Brasil Ltda, conforme nota explicativa 33.2 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Dentre as condições acordadas estão previstos recebimentos condicionados a cenários de Brent, com valor de até US\$ 650 milhões. Deste montante contingente, a companhia reconheceu R\$ 152 em outras receitas operacionais em setembro de 2021.

23.5. Fluxos de caixa advindos de venda de participação com perda de controle

As vendas de participação societária que resultaram em perda de controle e os fluxos de caixa advindos dessas transações estão apresentados a seguir:

	Valor recebido	Caixa e equivalentes de caixa de controladas com perda de controle	Fluxo de caixa líquido
Jan-Set/2021			
PUDSA	334	81	253
Total	334	81	253
Jan-Set/2020			
Petrobras Oil & Gas B.V.(PO&GBV) (*)	1.144	-	1.144
Total	1.144	-	1.144

(*) Valor de US\$ 276 milhões recebidos na data do fechamento da operação.

24. Informações por Segmento – Ativo

As informações segmentadas refletem a estrutura de avaliação da alta administração em relação ao desempenho e à alocação de recursos aos negócios.

Ativo Consolidado por Segmento de Negócio - 30.09.2021

	E&P	RTC	Gás & Energia	Corporativo e outros negócios	Eliminação	Total
Circulante	26.544	71.406	19.537	77.522	(28.675)	166.334
Não circulante	605.505	119.916	36.364	46.574	(4)	808.355
Realizável a longo prazo	26.508	12.692	1.642	36.801	(4)	77.639
Investimentos	2.232	7.248	658	109	-	10.247
Imobilizado	561.997	99.456	33.682	8.733	-	703.868
Em operação	503.310	85.748	20.519	7.336	-	616.913
Em construção	58.687	13.708	13.163	1.397	-	86.955
Intangível	14.768	520	382	931	-	16.601
Ativo	632.049	191.322	55.901	124.096	(28.679)	974.689

Ativo Consolidado por Segmento de Negócio - 31.12.2020

	E&P	RTC	Gás & Energia	Corporativo e outros negócios	Eliminação	Total
Circulante	27.713	42.455	10.264	79.700	(17.809)	142.323
Não circulante	597.341	124.092	43.241	80.413	9	845.096
Realizável a longo prazo	24.657	13.196	5.070	62.042	9	104.974
Investimentos	2.026	2.081	3.152	9.751	-	17.010
Imobilizado	494.838	108.308	34.373	7.915	-	645.434
Em operação	441.285	95.122	22.345	6.427	-	565.179
Em construção	53.553	13.186	12.028	1.488	-	80.255
Intangível	75.820	507	646	705	-	77.678
Ativo	625.054	166.547	53.505	160.113	(17.800)	987.419

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

25. Financiamentos

25.1. Saldo por tipo de financiamento

	30.09.2021	Consolidado 31.12.2020
Mercado Bancário	6.800	26.069
Mercado de Capitais	13.661	13.053
Bancos de fomento	4.420	6.836
Outros	43	51
Total no país	24.924	46.009
Mercado Bancário	50.443	70.576
Mercado de Capitais	107.165	143.557
Bancos de fomento	-	1.047
Agência de Crédito à Exportação	16.168	17.793
Outros	1.013	1.056
Total no exterior	174.789	234.029
Total de financiamentos	199.713	280.038
Circulante	18.588	21.751
Não circulante	181.125	258.287

O valor classificado no passivo circulante é composto por:

	30.09.2021	Consolidado 31.12.2020
Financiamentos de curto prazo	632	5.926
Parcela de financiamentos de longo prazo	15.463	12.382
Juros provisionados de parcelas de financiamentos de curto e longo prazo	2.493	3.443
Circulante	18.588	21.751

Em 30 de setembro de 2021, não ocorreram inadimplementos (*default*), quebra de *covenants* (*breaches*) ou alterações adversas em cláusulas que resultassem na alteração dos termos de pagamentos dos contratos de empréstimos e financiamentos. Não houve alteração nas garantias requeridas em relação a 31 de dezembro de 2020.

25.2. Movimentação e reconciliação com os fluxos de caixa das atividades de financiamento

	Saldo final em 31.12.2019	Captações	Amortiza- ções de Principal (*)	Amortiza- ções de Juros (*)	Encargos incorridos no exercício (**)	Variações monetárias e cambiais	Ajuste acumulado de conversão	(Ganhos)/ perdas por modificação no fluxo	Transferência para Passivos associados a Ativos Mantidos para Venda	Saldo final em 31.12.2020
Pais	43.251	7.294	(5.543)	(1.720)	2.034	693	-	-	-	46.009
Exterior	211.731	78.229	(122.397)	(14.958)	16.427	7.830	57.593	(398)	(28)	234.029
Total	254.982	85.523	(127.940)	(16.678)	18.461	8.523	57.593	(398)	(28)	280.038

	Saldo final em 31.12.2020	Captações	Amortiza- ções de Principal (*)	Amortiza- ções de Juros (*)	Encargos incorridos no período (**)	Variações monetárias e cambiais	Ajuste acumulado de conversão	(Ganhos)/ perdas por modificação no fluxo	Transferên- cia para Passivos associados a Ativos Mantidos para Venda	Saldo final em 30.09.2021
Pais	46.009	-	(22.004)	(1.299)	1.288	930	-	-	-	24.924
Exterior	234.029	8.921	(79.083)	(8.553)	10.518	499	8.458	-	-	174.789
Total	280.038	8.921	(101.087)	(9.852)	11.806	1.429	8.458	-	-	199.713
Reestruturação de dívida	-	-	(5.813)	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos vinculados (***)	-	-	(1.499)	(290)	-	-	-	-	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		8.921	(108.399)	(10.142)						

(*) Inclui pré-pagamentos.

(**) Inclui apropriações de ágio, deságio e custos de transações associados.

(***) Valores depositados para pagamento de obrigações relativas a financiamentos captados junto ao China Development Bank (CDB), com liquidações semestrais em junho e dezembro.

No período de janeiro a setembro de 2021, a liquidação de dívidas antigas e o gerenciamento de passivos foram realizados com recursos próprios, além da captação de recursos no mercado de capitais internacional, visando à melhoria no perfil da dívida e maior adequação aos prazos de maturação de investimentos de longo prazo.

A companhia liquidou diversos empréstimos e financiamentos, no valor de R\$ 118.541, destacando-se: (i) o pré-pagamento de R\$ 32.798 de empréstimos no mercado bancário nacional e internacional; (ii) a recompra e resgate de R\$ 51.304 de títulos no mercado de capitais internacional, com o pagamento de prêmio líquido aos detentores dos títulos que entregaram seus papéis nas operações no valor de R\$ 5.798; e (iii) pré-pagamento total de R\$ 3.123 de empréstimos com agências de fomento.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

A companhia captou R\$ 7.257 através da oferta de títulos no mercado de capitais internacional (Global Notes), com vencimento em 2051.

25.3. Informações resumidas sobre os financiamentos (passivo circulante e não circulante)

Vencimento em	2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	Total (*)	Consolidado Valor justo
Financiamentos em Dólares (US\$)(^(*)):	6.268	11.486	13.922	18.234	14.938	93.125	157.973	173.003
Indexados a taxas flutuantes	4.404	11.486	13.922	14.549	10.518	11.100	65.979	
Indexados a taxas fixas	1.864	-	-	3.685	4.420	82.025	91.994	
Taxa média dos Financiamentos	4,4%	4,9%	5,0%	5,4%	5,6%	6,5%	6,1%	
Financiamentos em Reais (R\$):	750	4.929	2.271	3.406	1.173	12.395	24.924	26.722
Indexados a taxas flutuantes	95	3.568	1.468	1.468	725	3.491	10.815	
Indexados a taxas fixas	655	1.361	803	1.938	448	8.904	14.109	
Taxa média dos Financiamentos	3,6%	5,3%	5,1%	4,8%	4,4%	4,3%	4,5%	
Financiamentos em Euro (€):	194	-	-	76	2.734	3.692	6.696	7.638
Indexados a taxas fixas	194	-	-	76	2.734	3.692	6.696	
Taxa média dos Financiamentos	4,7%	-	-	4,7%	4,7%	4,7%	4,7%	
Financiamentos em Libras (£):	353	-	-	-	-	9.767	10.120	11.569
Indexados a taxas fixas	353	-	-	-	-	9.767	10.120	
Taxa média dos Financiamentos	6,2%	-	-	-	-	6,4%	6,3%	
Total em 30 de setembro de 2021	7.565	16.415	16.193	21.716	18.845	118.979	199.713	218.932
Taxa média dos financiamentos	4,4%	5,0%	5,0%	5,3%	5,5%	6,4%	6,0%	
Total em 31 de dezembro de 2020	21.751	17.055	30.620	30.977	32.373	147.262	280.038	319.689
Taxa média dos financiamentos	4,6%	4,8%	4,8%	5,1%	5,2%	6,4%	5,9%	

(*) Inclui financiamentos em moeda nacional parametrizada à variação do dólar.

(**) Em 30 de setembro de 2021, o prazo médio de vencimento dos financiamentos é de 13,50 anos (11,71 anos em 31 de dezembro de 2020).

Em 30 de setembro de 2021, os valores justos dos financiamentos são principalmente determinados pela utilização de:

- Nível 1 - preços cotados em mercados ativos, quando aplicável, no valor de R\$ 118.036 (R\$ 172.717, em 31 de dezembro de 2020); e
- Nível 2 - método de fluxo de caixa descontado pelas taxas *spot* interpoladas dos indexadores (ou *proxies*) dos respectivos financiamentos, observadas às moedas atreladas, e pelo risco de crédito da Petrobras, no valor de R\$ 100.896 (R\$ 146.972, em 31 de dezembro de 2020).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial é apresentada na nota explicativa 29.3.

O fluxo nominal (não descontado) de principal e juros dos financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

Vencimento	2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	30.09.2021	Consolidado 31.12.2020
Principal	4.727	16.755	16.717	22.172	19.244	124.809	204.424	286.503
Juros	2.379	9.385	8.503	8.136	7.297	130.949	166.649	202.425
Total (*)	7.106	26.140	25.220	30.308	26.541	255.758	371.073	488.928

(*) O fluxo nominal dos arrendamentos encontra-se na nota explicativa 26.

25.4. Linhas de Crédito

Empresa	Instituição financeira	Data da abertura	Prazo	Contratado	Utilizado	30.09.2021 Saldo
No exterior (Valores em US\$ milhões)						
PGT BV	Sindicato de Bancos	07/03/2018	07/02/2023	4.350	-	4.350
PGT BV	Sindicato de Bancos (*)	27/03/2019	27/02/2024	3.250	-	3.250
PGT BV	The Export - Import Bank of China	23/12/2019	27/12/2021	750	714	36
Total				8.350	714	7.636
No país						
Petrobras	Banco do Brasil	23/03/2018	26/01/2023	2.000	-	2.000
Petrobras	Bradesco	01/06/2018	31/05/2023	2.000	-	2.000
Petrobras	Banco do Brasil	04/10/2018	05/09/2025	2.000	-	2.000
Transpetro	Caixa Econômica Federal	23/11/2010	Indefinido	329	-	329
Total				6.329	-	6.329

(*) Em abril de 2021, a Petrobras prorrogou parte da linha de crédito compromissada (Revolving Credit Facility). Dessa forma, US\$ 2.050 milhões estarão disponíveis para saque a partir de 28 de fevereiro de 2024 até 27 de fevereiro de 2026.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

26. Arrendamentos

Os arrendamentos incluem, principalmente, unidades de produção de petróleo e gás natural, sondas de perfuração e outros equipamentos de exploração e produção, navios, embarcações de apoio, helicópteros, terrenos e edificações. A movimentação dos contratos de arrendamento reconhecidos como passivos está demonstrada a seguir:

	Consolidado						
	Saldo final em 31.12.2020	Remensuração /Novos contratos	Pagamentos de principal e juros	Encargos incorridos no período	Variações monetárias e cambiais	Ajuste acumulado de conversão	Saldo final em 30.09.2021
País	22.556	2.930	(6.182)	928	539	–	20.876
Exterior	89.954	22.444	(17.141)	3.896	4.350	125	103.535
Total	112.510	25.374	(23.323)	4.824	4.889	125	124.411

Em 30 de setembro de 2021, o valor do passivo de arrendamento da Petrobras Controladora é de R\$ 137.118 (R\$ 121.288 em 31 de dezembro de 2020), incluindo arrendamentos e subarrendamentos com empresas investidas, principalmente embarcações com PNBV e Transpetro.

O fluxo nominal (não descontado) sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, por vencimento, é apresentado a seguir:

Fluxo de Pagamentos Futuro Nominal	Consolidado					
	2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante
Valor nominal em 30 de setembro de 2021	9.670	27.209	20.180	14.683	11.569	85.795
Valor nominal em 31 de dezembro de 2020	29.915	22.400	15.054	11.697	9.481	62.276

Em determinados contratos, durante o prazo do arrendamento, há pagamentos que variam devido a alterações em fatos ou circunstâncias ocorridas após a sua data de início, além da passagem do tempo. Tais pagamentos não são incluídos na mensuração das obrigações de arrendamento. No período de janeiro a setembro de 2021, esses valores foram de R\$ 3.229 e representaram 14% em relação aos pagamentos fixos (R\$ 2.792 e 13% em relação aos pagamentos fixos, no período de janeiro a setembro de 2020).

No período de janeiro a setembro de 2021, a companhia reconheceu gastos com arrendamento no montante de R\$ 392 (R\$ 491 no período de janeiro a setembro de 2020), referentes a contratos de prazo inferior a um ano.

Em 30 de setembro de 2021, o valor nominal de contratos de arrendamento que ainda não tinham sido iniciados, em função dos ativos relacionados estarem em construção ou não terem sido disponibilizados para uso, representam o montante de R\$ 381.994 (R\$ 350.299 em 31 de dezembro de 2020). O aumento no período corresponde a novos compromissos contratuais, incluindo mais uma unidade flutuante de produção.

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial é apresentada na nota explicativa 29.3.

27. Patrimônio líquido

27.1. Capital social realizado

Em 30 de setembro de 2021, o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 205.432 está representado por 7.442.454.142 ações ordinárias e 5.602.042.788 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As ações preferenciais têm prioridade no caso de reembolso do capital, não asseguram direito de voto e não são conversíveis em ações ordinárias.

Há ações em tesouraria, constituídas desde 2018, sendo 222.760 ações ordinárias e 72.909 ações preferenciais.

27.2. Dividendos propostos e a pagar

Em 14 de abril de 2021, a Assembleia Geral Ordinária aprovou os dividendos relativos ao exercício de 2020, no valor total de R\$ 10.272, correspondendo a R\$ 0,787446 por ação ordinária e preferencial em circulação. Portanto, os dividendos adicionais propostos aos acionistas ordinários no valor de R\$ 5.861 foram reclassificados do patrimônio líquido para o passivo na data da aprovação.

Em 29 de abril de 2021, os dividendos foram pagos no montante de R\$ 10.342 (R\$ 0,792834 por ação ordinária e preferencial em circulação) com a atualização pela variação da taxa Selic de 31 de dezembro de 2020 até a data do pagamento.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 4 de agosto de 2021, o Conselho da Administração aprovou o pagamento de antecipação de remuneração aos acionistas do exercício de 2021 no valor total de R\$ 31.600, equivalente a R\$ 2,422533 por ação ordinária (ON) e preferencial (PN), divididos em duas parcelas, conforme quadro a seguir:

Parcela	Data posição acionária	Data de pagamento	Valor por ação ON e PN (R\$)	Valor total das parcelas	Valor das parcelas por tipo de ação	
					Ações ordinárias (ON)	Ações preferenciais (PN)
1ª parcela - dividendos	16.08.2021	25.08.2021	1,609911	21.000	11.981	9.019
2ª parcela (*)	01.12.2021	15.12.2021	0,812622	10.600	6.048	4.552
			2,422533	31.600	18.029	13.571

(*) A forma de distribuição da 2ª parcela será definida pela Diretoria Executiva em data futura (dividendos ou juros sobre capital próprio - JCP).

Em 30 de setembro de 2021, a remuneração aos acionistas da controladora no passivo circulante é de R\$ 10.600 (R\$ 10.607 no consolidado), representando a segunda parcela da antecipação da remuneração dos dividendos aprovada em 4 de agosto de 2021 pelo Conselho de Administração.

Os valores antecipados serão atualizados monetariamente de acordo com a variação da taxa SELIC, desde a data do efetivo pagamento até o final do referido exercício social e serão descontados dos dividendos mínimos obrigatórios, inclusive para fins de pagamento dos dividendos mínimos prioritários das ações preferenciais.

27.3. Resultado por ação

		2021	Consolidado e Controladora	
	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	2020 Jan-Set
Numerador básico e diluído - Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras atribuído igualmente entre as classes de ações				
Lucro (prejuízo) líquido do período				
Ordinárias	17.768	42.884	(882)	(30.114)
Preferenciais	13.374	32.280	(664)	(22.668)
	31.142	75.164	(1.546)	(52.782)
Denominador básico e diluído - Média ponderada da quantidade de ações em circulação (nº de ações)				
Ordinárias	7.442.231.382	7.442.231.382	7.442.231.382	7.442.231.382
Preferenciais	5.601.969.879	5.601.969.879	5.601.969.879	5.601.969.879
	13.044.201.261	13.044.201.261	13.044.201.261	13.044.201.261
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (R\$ por ação)				
Ordinárias	2,39	5,76	(0,12)	(4,05)
Preferenciais	2,39	5,76	(0,12)	(4,05)

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro (ou prejuízo) do período atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

O resultado da ação diluído é calculado ajustando-se o lucro (ou prejuízo) e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações).

Os resultados apurados, básico e diluído, apresentam o mesmo valor por ação em virtude da Petrobras não possuir ações potenciais.

28. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

	Valor justo medido com base em			
				Total do valor justo contabilizado
	Nível I	Nível II	Nível III	
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	2.920	-	-	2.920
Derivativos de moeda estrangeira	-	227	-	227
Derivativos de juros	-	11	-	11
Saldo em 30 de setembro de 2021	2.920	238	-	3.158
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.388	591	-	3.979
Passivos				
Derivativos de moeda estrangeira	-	(1.621)	-	(1.621)
Derivativos de commodities	(80)	(2)	-	(82)
Saldo em 30 de setembro de 2021	(80)	(1.623)	-	(1.703)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(51)	(1.402)	-	(1.453)

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

O valor justo estimado para os financiamentos da companhia, calculado a taxas de mercado vigentes, é apresentado na nota explicativa 25

No contas a receber, determinados recebíveis são classificados na categoria valor justo por meio do resultado, conforme nota explicativa 9.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, a dívida de curto prazo e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

29. Gerenciamento de riscos

29.1. Instrumentos financeiros derivativos

As tabelas a seguir apresentam um resumo das posições mantidas pela companhia em 30 de setembro de 2021, reconhecidas como outros ativos e passivos circulantes, além dos valores reconhecidos no resultado, outros resultados abrangentes do exercício e garantias dadas como colaterais por natureza das operações:

	30.09.2021	Valor nominal 31.12.2020	Posição patrimonial consolidada Valor Justo		Vencimento
			Posição Ativa (Passiva)	31.12.2020	
Derivativos não designados como Hedge					
Contratos Futuros (*)	(3.506)	(240)	(80)	(51)	
Compra/Petróleo e Derivados	852	3.927	-	-	2021
Venda/Petróleo e Derivados	(4.358)	(4.167)	-	-	2021
Contratos de Opções	(7)	-	(2)	-	
Compra/Óleo de Soja - Posição vendida (**)	(12)	-	(1)	-	2021
Venda/Óleo de Soja - Posição comprada (**)	5	-	(1)	-	2021
Contratos de Opções					
Compra - Posição vendida (BRL/USD) (***)	US\$ (17)	-	(1)	-	2021
Venda - Posição comprada (BRL/USD) (***)	US\$ 7	-	-	-	2021
Contratos a Termo					
Compra/Câmbio (GBP/USD) (***)	-	GBP 354	-	121	-
SWAP					
Câmbio - cross currency swap (***)	GBP 615	GBP 615	226	227	2026
Câmbio - cross currency swap (***)	GBP 600	GBP 600	(399)	(134)	2034
Swap - IPCA	3.008	3.008	11	243	2029/2034
Câmbio - cross currency swap (***)	US\$ 729	US\$ 729	(1.220)	(1.268)	2024/2029
Total reconhecido no Balanço Patrimonial			(1.464)	(862)	

(*) Valor nominal em mil bbl

(**) Valor nominal em mil toneladas (operações da PBO).

(***) Valores em US\$ (dólares) e GBP (libras) representam milhões das respectivas moedas.

	Jul-Set	2021 Jan-Set	Ganho/(Perda) reconhecido(a) no resultado do período	
			Jul-Set	2020 Jan-Set
Derivativos de commodities				
Óleo - 29.2 (a)			(259)	(2.847)
Demais operações - 29.2 (b)	(70)	(294)	2	907
Reconhecido em Outras despesas operacionais	(70)	(294)	(257)	(1.940)
Derivativos de moeda				
Swap Libra Esterlina x Dólar - 29.3 (b)	(481)	(482)	591	(701)
NDF - Euro x Dólar - 29.3 (b)	-	-	-	(48)
NDF - Libra x Dólar - 29.3 (b)	-	45	72	(23)
Swap CDI x Dólar - 29.3 (c)	(293)	4	(140)	(1.567)
Outros	1	3	(1)	(8)
	(773)	(430)	522	(2.347)
Derivativos de juros				
Swap - CDI X IPCA	(143)	(201)	(45)	(90)
	(143)	(201)	(45)	(90)
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações (*)	(5.396)	(17.823)	(6.147)	(18.174)
Reconhecido em Resultado Financeiro	(6.312)	(18.454)	(5.670)	(20.611)
Total	(6.382)	(18.748)	(5.927)	(22.551)

(*) Conforme nota explicativa 29.3.

	Jul-Set	2021 Jan-Set	Ganho/(Perda) reconhecido(a) em outros resultados abrangentes no exercício	
			Jul-Set	2020 Jan-Set
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações (*)	(20.332)	4.288	(1.513)	(103.926)

(*) Conforme nota explicativa 29.3.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Garantias dadas (recebidas) como colaterais	
	30.09.2021	31.12.2020
Derivativos de <i>commodities</i>	258	69
Derivativos de moeda	(141)	403
	117	472

A análise de sensibilidade do valor dos instrumentos financeiros derivativos com relação aos diferentes tipos de risco de mercado em 30 de setembro de 2021 é apresentada a seguir:

		Cenário Provável	Cenário Possível (Δ de 25%)	Consolidado Cenário Remoto (Δ de 50%)
Operações	Risco			
Derivativos não designados como <i>Hedge</i>				
Contratos Futuros e a Termo (<i>Swap</i>)	Petróleo e Derivados - Flutuação dos Preços	–	(310)	(620)
Opções	Óleo de soja - Flutuação dos Preços	(2)	(3)	(4)
Opções	Câmbio - Desvalorização do BRL frente ao USD	(1)	(1)	(2)
		(3)	(314)	(626)

O cenário provável utiliza referências externas à companhia, de amplo uso no apuração de cargas no mercado de petróleo, derivados e gás natural, que levam em consideração o preço de fechamento do ativo em 30 de setembro de 2021, e desta forma, considera-se que não há variação do resultado das operações em aberto nesse cenário. Os cenários possível e remoto refletem o efeito potencial no resultado das operações em aberto, considerando uma variação no preço de fechamento de 25% e 50% respectivamente. Para simular os cenários mais desfavoráveis, a variação foi aplicada para cada grupo de produto de acordo com a posição das operações em aberto: queda de preço para posições compradas e alta para posições vendidas.

29.2. Gerenciamento de risco de preços de petróleo e derivados

A Petrobras tem preferência pela exposição ao ciclo de preços à realização sistemática de proteção das operações de compra ou venda de mercadorias, cujo objetivo seja atender suas necessidades operacionais, com utilização de instrumentos financeiros derivativos. Entretanto, condicionada à análise do ambiente de negócios e das perspectivas de realização do Plano Estratégico, a execução de estratégia de proteção ocasional com derivativos pode ser aplicável.

a) Óleo

Em março de 2020, com o objetivo de preservar a liquidez da companhia, a Petrobras aprovou estratégia de proteção para operações sistêmicas de petróleo a fim de proteger os fluxos de receita oriundos dessas transações contra incertezas nos preços das exportações de cargas de petróleo já carregadas, mas não precificadas, em função da elevada volatilidade do contexto econômico, gerada tanto pelos efeitos advindos da queda de preços de petróleo, como pelos efeitos da pandemia da COVID-19 no consumo mundial de petróleo e derivados.

Como resultado dessa estratégia, foram realizadas, a partir de abril de 2020, operações a termo (*swap*) e futuros. As operações a termo (*swap*) não exigem desembolso inicial, ao passo que as operações de futuro exigem depósitos de margem, a depender do volume contratado.

b) Demais operações de derivativos de *commodities*

A Petrobras, utilizando seus ativos, posições e conhecimento proprietário e de mercado oriundos de suas operações no Brasil e no exterior, busca capturar oportunidades de mercado por meio de compra e venda de petróleo e derivados, as quais podem ocasionalmente ser otimizadas com a utilização de instrumentos derivativos de *commodities* para gestão do risco de preço, de forma segura e controlada.

29.3. Gerenciamento de risco cambial

a) *Hedge* de fluxo de caixa envolvendo as exportações futuras da companhia

Os valores de referência, a valor presente, dos instrumentos de proteção em 30 de setembro de 2021, além da expectativa de reclassificação para o resultado do saldo da variação cambial acumulada no patrimônio líquido em períodos futuros, tomando como base uma taxa R\$/US\$ de 5,4394, são apresentados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

				Valor de referência (a valor presente) dos instrumentos de proteção em 30 de setembro de 2021	
Instrumento de hedge	Objeto de hedge	Tipo de risco protegido	Período de proteção	US\$ milhões	R\$
Variações cambiais de proporções de fluxos de caixa de instrumentos financeiros não derivativos	Variações cambiais das exportações mensais futuras altamente prováveis	Cambial - taxa Spot R\$ x US\$	De out/2021 a set/2031	60.292	327.955
Movimentação do valor de referência (principal e juros)				US\$ milhões	R\$
Designação em 31 de dezembro de 2020				61.502	319.608
Novas designações, revogações e redesignações				20.171	108.627
Realização por exportações				(10.896)	(57.970)
Amortização de endividamento				(10.485)	(55.770)
Variação Cambial				-	13.460
Valor em 30 de setembro de 2021				60.292	327.955
Valor nominal dos instrumentos de hedge (financiamentos e passivos de arrendamento) em 30 de setembro de 2021				66.237	360.290

Com o Plano Estratégico 2021-2025, houve um incremento nas exportações previstas, e consequentemente nas exportações altamente prováveis, mas não em valor igual ou superior aos instrumentos de dívidas e passivos de arrendamentos sujeitos a serem designados como instrumentos de proteção e, como resultado, observa-se em 30 de setembro de 2021 manutenção significativa da exposição cambial (Dólar x Real), verificada ao longo do exercício de 2020, terminando o período com exposição cambial passiva, conforme tabela 29.3 c - Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial.

No período de janeiro a setembro de 2021, foi reconhecido um ganho cambial de R\$ 76 referente à inefetividade na linha de variação cambial (perda de R\$ 5 no mesmo período em 2020).

As exportações futuras designadas como objetos de proteção nas relações de *hedge* de fluxo de caixa representam, em média, 100% das exportações futuras altamente prováveis.

A seguir é apresentada a movimentação da variação cambial acumulada em outros resultados abrangentes em 30 de setembro de 2021, a ser realizada pelas exportações futuras:

	Variação cambial	Efeito tributário	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(51.486)	17.506	(33.980)
Reconhecido no patrimônio líquido	(99.467)	33.819	(65.648)
Transferido para resultado por realização	21.754	(7.395)	14.359
Transferido para resultado por exportações previstas que deixaram de ser esperadas/realizadas	2.554	(868)	1.686
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(126.645)	43.062	(83.583)
Reconhecido no patrimônio líquido	(13.536)	4.602	(8.934)
Transferido para resultado por realização	17.823	(6.060)	11.763
Saldo em 30 de setembro de 2021	(122.358)	41.604	(80.754)

Alterações das expectativas de realização de preços e volumes de exportação em futuras revisões dos planos de negócios podem vir a determinar necessidade de reclassificações adicionais de variação cambial acumulada no patrimônio líquido para o resultado. Uma análise de sensibilidade com preço médio do petróleo Brent mais baixo em US\$ 10/barril, que o considerado na última revisão do Plano Estratégico 2021-2025, indicaria a necessidade de reclassificação de variação cambial registrada no patrimônio líquido para o resultado, no montante de R\$ 18.

A expectativa anual de realização do saldo de variação cambial acumulada no patrimônio líquido em 30 de setembro de 2021 é demonstrada a seguir:

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2030	Consolidado Total
Expectativa de realização	(6.630)	(27.243)	(22.391)	(17.295)	(12.021)	(10.577)	(10.901)	(15.300)	(122.358)

b) Informações sobre contratos em aberto

Em 30 de setembro de 2021, a companhia possui contratos de swap - IPCA x CDI e CDI x Dólar, swap – Libra esterlina x Dólar e *Non Deliverable Forward* (NDF) – Libra x Dólar em aberto.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Contratos de *swap* – IPCA x CDI e CDI x Dólar

Alterações das curvas futuras de taxa de juros (CDI) podem trazer impactos no resultado da companhia, em função do valor de mercado desses contratos de *swap*. O valor do choque na curva foi definido em função do prazo médio de vencimento dos *swaps*, e é aproximadamente 25% da taxa futura do prazo médio. Uma análise de sensibilidade nas curvas futuras de taxa de juros (CDI), por meio de choque paralelo, mantendo-se todas as demais variáveis constantes, resultaria nos impactos apresentados na tabela a seguir:

Análise de sensibilidade	Resultado
Aumento constante de 300 pontos base	(31)
Redução constante de 300 pontos base	111

Para mais informações sobre tais contratos, verificar a nota explicativa 38.3 das demonstrações financeiras da Petrobras de 31 de dezembro de 2020.

c) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial

O cenário considerado provável é referenciado por fonte externa, Focus e Thomson Reuters, com base no câmbio previsto para o fechamento do próximo trimestre. Além dos cenários possível e remoto, que consideram valorização do câmbio de fechamento do trimestre (risco) em 25% e 50%, respectivamente, à exceção dos saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira de controladas no exterior, quando realizados em moeda equivalente às suas respectivas moedas funcionais. Essas análises abrangem apenas a variação cambial e mantêm todas as demais variáveis constantes.

Instrumentos	Exposição em 30.09.2021	Risco	Cenário Provável (*)	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Ativos	25.979	Dólar / Real	(1.143)	6.495	12.990
Passivos	(531.637)		23.399	(132.909)	(265.819)
Câmbio - cross currency swap	(3.008)		132	(752)	(1.504)
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações	327.955		(14.434)	81.989	163.977
	(180.711)		7.954	(45.177)	(90.356)
Ativos	15	Euro / Real	-	4	8
Passivos	(136)		4	(34)	(68)
	(121)		4	(30)	(60)
Ativos	6.862	Euro / Dólar	125	1.716	3.431
Passivos	(14.226)		(260)	(3.557)	(7.113)
	(7.364)		(135)	(1.841)	(3.682)
Ativos	13	Libra / Real	-	3	7
Passivos	(120)		2	(30)	(60)
	(107)		2	(27)	(53)
Ativos	10.257	Libra / Dólar	250	2.564	5.129
Passivos	(20.309)		(494)	(5.077)	(10.155)
Derivativo - cross currency swap	8.905		217	2.226	4.453
	(1.147)		(27)	(287)	(573)
Total	(189.450)		7.798	(47.362)	(94.724)

(*) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as seguintes variações para os riscos: Real x Dólar - valorização do real em 4,4% / Euro x Dólar - valorização do euro em 1,9% / Libra x Dólar - valorização da libra em 2,55% / Real x Euro - valorização do real em 2,6% / Real x Libra - valorização do real em 2%. Fonte: Focus e Thomson Reuters

29.4. Gerenciamento de risco de taxa de juros

A companhia preferencialmente não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar a exposição às flutuações das taxas de juros, pois não acarretam impactos relevantes, exceto em situações específicas apresentadas por controladas da Petrobras.

A análise de sensibilidade de risco de taxa de juros é realizada para um horizonte de 12 meses. Os valores referentes aos cenários possível e remoto significam a despesa total de juros flutuantes caso ocorra uma variação de 25% e 50% nessas taxas de juros, respectivamente, mantendo-se todas as demais variáveis constantes.

A tabela a seguir informa, no cenário provável, o valor a ser desembolsado pela Petrobras com o pagamento de juros referentes às dívidas com taxa de juros flutuantes em 30 de setembro de 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Cenário Provável (*)	Cenário Possível (Δ de 25%)	Consolidado Cenário Remoto (Δ de 50%)
Risco			
LIBOR 1M	–	–	–
LIBOR 3M	8	10	12
LIBOR 6M	1.777	1.989	2.202
CDI	551	689	827
TJLP	299	374	449
IPCA	419	524	629
	3.054	3.586	4.119

(*) O cenário provável foi calculado considerando-se as cotações de moedas e taxas flutuantes a que as dívidas estão indexadas.

29.5. Gerenciamento de risco de liquidez

A companhia avalia regularmente as condições do mercado e pode realizar transações de recompra de seus títulos ou de suas subsidiárias no mercado de capitais internacional, por diversos meios, incluindo ofertas de recompra, resgates de títulos e/ou operações em mercado aberto, desde que estejam em linha com a estratégia de gerenciamento de passivos da companhia, que visa a melhoria do perfil de amortização e do custo da dívida.

30. Partes relacionadas

A companhia possui uma política de Transações com Partes Relacionadas revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração, conforme disposto no Estatuto Social da Petrobras.

30.1. Transações comerciais por operação com investidas (controladora)

	30.09.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Contas a receber						
Contas a receber, principalmente por vendas	13.953	–	13.953	14.992	–	14.992
Dividendos a receber	93	–	93	1.134	–	1.134
Valores vinculados à construção de gasoduto	–	704	704	–	564	564
Outras operações	1.300	370	1.670	430	632	1.062
Adiantamento a fornecedores	16	1.308	1.324	12	1.275	1.287
Total	15.362	2.382	17.744	16.568	2.471	19.039
Passivo						
Arrendamentos (*)	(2.674)	(6.552)	(9.226)	(2.517)	(3.097)	(5.614)
Pré pagamento de exportação	(88.640)	(280.223)	(368.863)	(54.871)	(302.601)	(357.472)
Fornecedores	(12.319)	–	(12.319)	(55.931)	–	(55.931)
Compras de petróleo, derivados e outras	(8.735)	–	(8.735)	(53.526)	–	(53.526)
Afretamento de plataformas	(877)	–	(877)	(624)	–	(624)
Adiantamento de clientes	(2.674)	–	(2.674)	(1.745)	–	(1.745)
Outros	(33)	–	(33)	(36)	–	(36)
Total	(103.633)	(286.775)	(390.408)	(113.319)	(305.698)	(419.017)

(*) Inclui valores referentes às operações de arrendamentos e subarrendamentos com investidas requeridos pelo IFRS 16.

	Jul-Set	2021 Jan-Set	Jul-Set	2020 Jan-Set
Resultado				
Receitas brutas, principalmente de vendas	61.926	174.004	41.336	114.632
Variações monetárias e cambiais líquidas (**)	(12.631)	(20.663)	(13.179)	(67.525)
Receitas (despesas) financeiras líquidas (**)	(5.697)	(16.881)	(7.853)	(22.933)
Total	43.598	136.460	20.304	24.174

(**) Inclui os valores de R\$ 132 de variação cambial passiva e R\$ 391 de despesa financeira referentes às operações de arrendamentos e subarrendamentos requeridos pelo IFRS 16.

30.2. Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados (FIDC-NP)

A controladora mantém recursos investidos no FIDC-NP que são destinados, preponderantemente, à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por afiliadas. Os valores investidos estão registrados em contas a receber.

As cessões de direitos creditórios, performados e não performados, estão registradas como financiamentos no passivo circulante.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	30.09.2021	Controladora 31.12.2020
Contas a receber, líquidas	59.210	10.121
Cessões de direitos creditórios	(39.595)	(10.580)

	Jul-Set	2021 Jan-Set	Jul-Set	2020 Jan-Set
Receita financeira FIDC-NP	656	1.039	397	1.625
Despesa financeira FIDC-NP	(414)	(734)	(367)	(1.680)
Resultado financeiro	242	305	30	(55)

30.3. Garantias

A Petrobras tem como procedimento conceder garantias às suas participações societárias para algumas operações financeiras realizadas no Brasil e no exterior. Como resultado da estratégia de liquidações antecipadas de dívidas no decorrer do ano, as operações financeiras realizadas por estas participações societárias e garantidas pela Petrobras apresentam o saldo de R\$ 159.855 a liquidar em 30 de setembro de 2021 (R\$ 213.834 em 31 de dezembro de 2020).

As garantias oferecidas pela Petrobras, principalmente fidejussórias, não remuneradas, são efetuadas com base em cláusulas contratuais que suportam as operações financeiras entre as subsidiárias/controladas e terceiros, garantindo assunção do cumprimento de obrigação de terceiro, caso o devedor original não o faça.

As operações financeiras realizadas pelas subsidiárias e garantidas pela Petrobras estão apresentadas na nota explicativa 39.6 das demonstrações financeiras da Petrobras de 31 de dezembro de 2020.

30.4. Investimentos em títulos de dívidas de controladas

Os títulos de dívidas da PGF e da CDMPI no valor de R\$ 5.613, detidos por controlada da PIB BV diretamente ou por meio de fundo de investimento no exterior, foram liquidados no 2º trimestre de 2021. O saldo desses títulos em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 5.368.

30.5. Transações com empreendimentos em conjunto, coligadas, entidades governamentais e fundos de pensão

A companhia realiza, e espera continuar a realizar, negócios no curso normal de várias transações com seus empreendimentos em conjunto, coligadas, fundos de pensão, bem como com seu acionista controlador, o governo federal brasileiro, que inclui transações com os bancos e outras entidades sob o seu controle, tais como financiamentos e serviços bancários, gestão de ativos e outras.

As transações significativas resultaram nos seguintes saldos:

	Ativo	30.09.2021 Passivo	Ativo	Consolidado 31.12.2020 Passivo
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas				
Petrobras Distribuidora (BR), atual Vibra Energia	-	-	1.020	205
Transportadoras de gás	-	-	383	994
Distribuidoras estaduais de gás natural	1.257	200	1.170	355
Empresas do setor petroquímico	208	207	88	46
Outros empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	734	144	789	624
Subtotal	2.199	551	3.450	2.224
Entidades governamentais				
Títulos públicos federais	7.980	-	8.483	-
Bancos controlados pela União Federal	45.975	8.089	39.892	19.266
Setor elétrico	76	2	1.064	-
Contas petróleo e álcool - créditos junto à União Federal (nota explicativa 9.1)	2.703	-	2.503	-
União Federal (Dividendos)	10	3.040	9	-
Outros	28	138	201	238
Subtotal	56.772	11.269	52.152	19.504
Planos de Pensão	384	161	268	339
Total	59.355	11.981	55.870	22.067
Circulante	12.985	5.542	13.841	6.366
Não circulante	46.370	6.439	42.029	15.701

A seguir é apresentado o efeito no resultado das transações significativas:

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2021		Consolidado 2020	
	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas				
Petrobras Distribuidora (BR), atual Vibra Energia	26.861	67.753	15.415	40.004
Transportadoras de gás	(301)	(1.957)	(1.474)	(6.232)
Distribuidoras estaduais de gás natural	3.579	9.136	1.907	6.441
Empresas do setor petroquímico	5.394	13.954	3.898	10.667
Outros empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	798	1.439	697	659
Subtotal	36.331	90.325	20.443	51.539
Entidades governamentais				
Títulos públicos federais	94	198	29	137
Bancos controlados pela União Federal	(244)	(752)	263	(1.348)
Setor elétrico	78	674	64	178
Contas petróleo e álcool - créditos junto à União Federal	78	200	3	13
União Federal (Dividendos)	20	-	(2)	(17)
Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural – Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA	(73)	(435)	(334)	(540)
Outros	(157)	(331)	43	(5)
Subtotal	(204)	(446)	66	(1.582)
Planos de Pensão	-	-	(950)	(950)
Total	36.127	89.879	19.559	49.007
Receitas, principalmente de vendas	36.824	93.842	21.882	59.649
Compras e serviços	(317)	(2.961)	(2.063)	(8.522)
Receitas e despesas operacionais	(214)	(1.002)	(544)	(950)
Variações monetárias e cambiais líquidas	(148)	(396)	198	(1.109)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(18)	396	86	(61)
Total	36.127	89.879	19.559	49.007

O passivo com planos de pensão dos empregados da companhia e geridos pela Fundação Petros, que inclui os instrumentos de dívidas, está apresentado na nota explicativa 13.

Petrobras sobre acordo com Amazonas Energia

Em 7 de abril de 2021, a Petrobras assinou junto com suas controladas indiretas Breitener Tambaqui S.A. e Breitener Jaraqui S.A. acordo judicial para recebimento de valores por estas litigados em face da Amazonas Energia S/A (devedora) e de Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras (responsável solidária), no valor aproximado de R\$ 436, referente a 7 ações judiciais, as quais ficarão suspensas até a liquidação integral dos créditos negociados. O valor será liquidado pela devedora em 60 parcelas, calculadas pelo sistema de amortização constante - SAC, atualizadas com base em 124,75% do CDI, até sua integral liquidação.

A assinatura do acordo gerou um efeito positivo no resultado consolidado da Petrobras no 2º trimestre de 2021 de R\$ 328, líquido dos efeitos fiscais.

30.6. Membros chave da administração da companhia

As remunerações totais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Petrobras Controladora têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Economia, e pelo Ministério de Minas e Energia e são apresentadas a seguir:

	Jan-Set/2021			Controladora Jan-Set/2020		
	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Total	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Total
Salários e benefícios	10,4	0,5	10,9	9,7	0,5	10,2
Encargos sociais	2,6	0,1	2,7	2,4	0,1	2,5
Previdência complementar	0,8	-	0,8	0,7	-	0,7
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	2,9	-	2,9	0,5	-	0,5
Remuneração total	16,7	0,6	17,3	13,3	0,6	13,9
Remuneração total - pagamento realizado (*)	29,4	0,6	30,0	13,3	0,6	13,9
Número de membros - média no período (**)	9,00	10,44	19,44	9,00	9,44	18,44
Número de membros remunerados - média no período (***)	9,00	4,89	13,89	9,00	4,33	13,33

(*) Inclui em Diretoria Executiva o PPP para os Administradores.

(**) Corresponde à média do período do número de membros apurados mensalmente.

(***) Corresponde à média do período do número de membros remunerados apurados mensalmente.

No período de janeiro a setembro de 2021, a despesa consolidada com a remuneração total de diretores e conselheiros da companhia totalizou R\$ 50,69 (R\$ 43,7 no período de janeiro a setembro de 2020).

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 14 de abril de 2021, a Assembleia Geral Ordinária fixou a remuneração dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) em até R\$ 47,06 como limite global de remuneração a ser paga no período compreendido entre abril de 2021 e março de 2022.

A remuneração dos membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração deve ser considerada à parte do limite global da remuneração fixado para os administradores, ou seja, os valores percebidos não são classificados como remuneração dos administradores.

Os membros do Conselho de Administração que participarem do Comitê de Auditoria Estatutário renunciam à remuneração de Conselheiro de Administração, conforme estabelece o art. 38, § 8º do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e fizeram jus a uma remuneração total de R\$ 2.079 mil no período de janeiro a setembro de 2021 (R\$ 2.446,4 mil, considerando os encargos sociais). No período de janeiro a setembro de 2020, a remuneração acumulada no período foi de R\$ 1.641 mil (R\$ 1.969 mil, considerando os encargos sociais).

31. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	2021 Jan-Set	Consolidado 2020 Jan-Set
Valores pagos e recebidos durante o período		
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	2.925	2.703
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa		
Arrendamentos	27.799	12.354
Constituição (reversão) de provisão para desmantelamento de áreas	1	64
Utilização de créditos fiscais e depósitos judiciais para pagamento de contingência	2.826	3
Ativo intangível recebido por assunção de participação nas concessões	520	–

32. Eventos subsequentes

Conclusão das obrigações previstas em acordo com o U.S. Department of Justice – DoJ

Em 27 de setembro de 2018, a Petrobras divulgou o fechamento de acordos para encerramento das investigações da Securities and Exchange Commission - SEC e do U.S. Department of Justice – DoJ, relacionados aos controles internos, registros contábeis e demonstrações financeiras da companhia, durante o período de 2003 a 2012.

A Petrobras concluiu as obrigações previstas no acordo assinado com a DoJ, incluindo a evolução do seu programa de integridade e o envio de informações durante os três anos de acordo, que foi atendido integralmente e, portanto, encerrado.

Acordo de Processos Ambientais

Em 8 de outubro de 2021, a Petrobras assinou acordo no âmbito das três ações civis públicas que apuram danos ambientais decorrentes do vazamento do Oleoduto Santa Catarina - Paraná (OSPAR), ocorrido em 16 de julho de 2000, no município de Araucária, no estado do Paraná. Em 30 de setembro de 2021, os valores referentes as ações civis públicas estão classificadas como perda provável e registrados nas demonstrações financeiras, conforme nota explicativa 14.1.

O valor do acordo é de R\$ 1,4 bilhão, a ser pago em quatro parcelas trimestrais, a partir da sua assinatura e posterior homologação judicial. A eficácia do acordo está sujeita à homologação pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Acordo com a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)

Em outubro de 2021, a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Petrobras aprovaram a proposta para a celebração de Acordo entre a Petrobras e a ANP relacionado à cobrança de royalties sobre a operação da Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), localizada em São Mateus do Sul/PR.

Em 21 de outubro de 2021, os termos do Acordo foram aprovados pela diretoria colegiada da ANP, contemplando o pagamento do montante de R\$ 565 cujo passivo está provisionado nas demonstrações financeiras da companhia em 30 de setembro de 2021.

O pagamento será parcelado em 60 vezes a partir da celebração do Acordo e resultará no encerramento de todos os processos judiciais e administrativos relacionados à cobrança de royalties e multas administrativas decorrentes da lavra de xisto betuminoso exercida na SIX, bem como na celebração de um contrato de concessão entre Petrobras e ANP para disciplinar a pesquisa e lavra de xisto na SIX. Os termos do Acordo, bem como a minuta do contrato de concessão, serão submetidos à consulta e audiência públicas pela ANP.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Antecipação de remuneração aos acionistas

Em 28 de outubro de 2021, o Conselho da Administração aprovou a distribuição adicional de remuneração aos acionistas no valor total de R\$ 31.800, equivalente a R\$ 2,437865 por ação ordinária (ON) e preferencial (PN), a serem pagos em 15 de dezembro de 2021, em conjunto com a 2ª parcela, aprovada em 4 de agosto de 2021, conforme quadro a seguir:

Parcela	Data aprovação CA	Data posição acionária	Data de pagamento	Valor por ação ON e PN (R\$)	Valor total das parcelas	Valor das parcelas por tipo de ação	
						Ações ordinárias (ON)	Ações preferenciais (PN)
3ª parcela (*)	28.10.2021	01.12.2021	15.12.2021	2,437865	31.800	18.143	13.657

(*) A forma de distribuição da 3ª parcela será definida pela Diretoria Executiva em data futura (dividendos ou juros sobre capital próprio - JCP).

Esses dividendos ou juros sobre capital Próprio (JCP) serão descontados da remuneração que vier a ser distribuída aos acionistas no encerramento do exercício de 2021. O valor será atualizado monetariamente, de acordo com a variação da taxa Selic, desde a data do efetivo pagamento até o final do referido exercício social.

33. Correlação entre as notas explicativas de 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021

Títulos das notas explicativas	Números das notas explicativas	
	Anual de 2020	ITR do 3T-2021
Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	2	1
Sumário das principais práticas contábeis	3	2
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	8	3
Receita de vendas	9	4
Custos e despesas por natureza	10	5
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	11	6
Resultado financeiro líquido	12	7
Informações por Segmento - Resultado	13	8
Contas a receber	14	9
Estoques	15	10
Tributos	17	11
Salários, férias, encargos e participações	18	12
Benefícios pós-emprego – Planos de pensão e saúde	19	13
Processos judiciais e contingências	20	14
Provisões para desmantelamento de áreas	21	15
“Operação Lava Jato” e seus reflexos na companhia	23	16
Imobilizado	25	17
Intangível	26	18
Redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment)	27	19
Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás	28	20
Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo	29	21
Investimentos	31	22
Vendas de ativos e outras reestruturações societárias	32	23
Informações por Segmento – Ativo	33	24
Financiamentos	34	25
Arrendamentos	35	26
Patrimônio líquido	36	27
Valor justo dos ativos e passivos financeiros	37	28
Gerenciamento de riscos	38	29
Partes relacionadas	39	30
Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa	40	31
Eventos subsequentes	41	32

As notas explicativas do relatório anual de 2020 que foram suprimidas no ITR de 30 de setembro de 2021 pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações intermediárias são as seguintes:

Títulos das notas explicativas	Números das notas explicativas
A companhia e suas operações	1
Estimativas e julgamentos relevantes	4
Novas normas e interpretações	5
Contexto, ações de resiliência e impactos causados pela COVID-19	6
Gestão de Capital	7
Fornecedores	16
Outros ativos e passivos	22
Compromisso de compra de gás natural	24
Parcerias em atividades de exploração e produção	30